

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE ROMA

Responsável: **Profa. Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming**
Museu de Arqueologia e Etnologia / USP

PALLOTTINO, M. *Origini e storia primitiva di Roma*. Milano, Saggi Bompiani, 2000.
Cap. 1 “Tradição Antiga e Crítica Moderna”: 15-58. Notas: M.I.D'A. Fleming

O que o mundo clássico imaginou das origens de Roma: mito, erudição, celebração.

Não é possível enfrentar o discurso dos primórdios de Roma sem antes fazer um exame e uma avaliação dos antigos sobre este argumento, isto é, o grandioso patrimônio legendário sobre a tradição clássica: testemunho do significado muito particular que o mundo greco-romano atribuía ao ponto inicial, e implicitamente às causas, da miraculosa ascensão da cidade dominante. É necessário, porém, em primeiríssimo lugar ter presente que este patrimônio de imaginações e de especulações não pode e não deve de modo algum se considerar um fiel espelho dos tempos e dos fatos que ele descreve, mas pertence, antes, à mentalidade e à cultura da idade que o elaborou, isto é, sobretudo da República tardia e da primeira fase imperial romana. Tal distinção entre dois níveis cronológicos, aquele dos fatos relatados e aquele dos relatos, em âmbitos históricos já às vezes profundamente diferentes, poderá talvez se compreender melhor através de um confronto com fenômenos análogos, conhecidos universalmente, de reinterpretação fantasiosa e poética de um passado mais ou menos longínquo, como é o caso do epos homérico em relação ao ambiente micênico, mas também, em outros climas, das sagas germânicas ou dos poemas de cavalaria. As lendas das origens de Roma e além até chegar às histórias do período régio e da primeiríssima República podem considerar-se, todas em sentido lato, matéria poética (talvez também em parte desenvolvida em composições poéticas líricas, como se dirá). Nem devemos, em última análise, esquecer que um verdadeiro grande poema das origens existe, e é a *Eneida* de Virgílio. Um fato singular e significativo é que no VI e no VIII livros da *Eneida*, justamente as duas esferas temporais, a das origens e a da atualidade, são postas em confronto em uma espécie de visão especular pela qual os fatos do presente se antecipam, e se explicam, nos do passado.

A narrativa legendária das origens de Roma dominante no período de Augusto e que se tornou de qualquer modo uma versão “vulgata”¹ através da obra de historiadores e poetas da idade de ouro da literatura latina, além de refletida também largamente em monumentos figurados, não é mais do que o ponto de chegada de um longo e complexo processo de elaboração, como se verá. Mas, enquanto isso, será oportuno recordar os pontos destacados de uma sequência familiar a todos desde os bancos da escola: isto é, a chegada e as empresas do herói troiano Eneias no Lácio e a sua descendência albana; a história dos gêmeos Rômulo e Remo, nascidos de Rea Silvia e do deus Marte, expostos às águas pelo rei de Alba Longa Amúlio, usurpador do trono de Numitor, nutridos pela loba aos pés do Palatino e salvos pelo pastor Fáustulo; tornados adultos, a sua disputa pelo local do nascimento de uma nova cidade (Remo sobre o Aventino, Rômulo sobre o Palatino), a

¹ Vulgata: tradução latina da Bíblia da versão grega de São Jerônimo. A expressão é usada em sentido figurado pelo autor com o significado de uma obra que se tornou popular.

fundação de Roma, o assassinato de Remo; o reino de Rômulo e a presença dos sabinos de Tito Tácio; o papel sagrado de Numa Pompílio. Este cenário divulgado de modo substancialmente uniforme nas suas grandes linhas se apresenta, entretanto, com variantes em alguns particulares dependendo dos autores. Mas, sobretudo existem veios de relatos divergentes daqueles canônicos, aqui e ali transmitidos por escritores individualmente, analistas, eruditos, poetas, ou a eles atribuídos. Dever-se-á, portanto, pensar em uma vasta trama legendária que se foi progressivamente tecendo no tempo, até chegar às suas formulações definitivas, não sem tradições paralelas ou alternativas, e processos de alterações, sobreposições, substituições.

Para tentar penetrar de alguma forma nesta intrincada aventura da imaginação e delinear os desenvolvimentos, deveriam impor-se um reconhecimento aprofundado e uma análise crítica de toda a literatura antiga de alguma forma atinente ao argumento, não só historiográfica, mas também antiquária e poética até incluir os mais modestos fragmentos de informação. A recomposição dos dados utilizáveis é muito mais complicada se se considera que os diversos escritores de um lado nos dão a medida direta das suas opiniões e das opiniões correntes, de outro lado nos iluminam indiretamente sobre tradições mais antigas, seja citando explicitamente autores precedentes, seja aludindo às suas fontes de modo genérico sem nomear os informantes (“alguns afirmam...”, “outros dizem...”), seja oferecendo diversamente indícios úteis às hipóteses modernas acerca das suas fontes de inspiração.

Enfrentando o exame das fontes literárias, vai naturalmente anteposta a advertência de que se trata apenas de registrar as idéias dos antigos sobre as origens de Roma, enquanto a consideração dos dados da tradição para fins de um conhecimento autenticamente histórico será discutida mais adiante (no sub-capítulo “Todas as fontes de conhecimento reconsideradas”). Uma resenha retrospectiva das fontes conduzida em ordem cronológica, isto é, segundo os tempos conhecidos ou presumíveis dos testemunhos individuais, pode consentir-nos seguir paralelamente o desenvolvimento das crenças e das opiniões até a formação da “vulgata” do período de Augusto. Ao mesmo tempo, virão progressivamente delineando-se aqueles que consideramos ser os “motivos” essenciais da tradição antiga sobre os primórdios de Roma: em primeiro lugar o mito, seja indígena, seja estrangeiro; em segundo lugar a erudição antiquária como processo de interpretação e de reelaboração da matéria narrada; em terceiro lugar a exaltação que celebra a grandeza de Roma reportada por trás de suas origens.

Não pode haver a mínima dúvida de que as comunidades antiquíssimas entre as quais e das quais surgiu Roma possuísem um seu patrimônio de tradições de fábulas, mesmo que seja bem difícil imaginá-lo isolado dos contextos posteriores. Toda evocação de crenças de outros povos do mundo itálico e, mais além, de comparações analógicas mais extensas é possível; mas pela sua problemática não pode recolher-se na economia deste nosso discurso atual. Os temas dos gêmeos, da sua exposição na água, da fera nutriz, dos heróis perseguidos na infância por um rei usurpador e de sua desforra final pertencem notoriamente a um conjunto de fábulas universal. Não é, portanto, necessário, para procurar ascendência a estes motivos – como de resto a outras particularidades de fatos ou de institutos de Roma primitiva – recorrer às comparações de viés indo-europeu propostas por George Dumézil e ainda menos à sua teoria das “três funções” que, depois de tanto renome em um passado recente, acha-se hoje fortemente ameaçada pela dúvida.

É, no entanto, provável que alguns relatos de fatos legendários tenham tido como ponto de partida ou de confirmação ou de consolidação determinados lugares e objetos sagrados. É, por exemplo, o caso do *ficus ruminalis*, planta originariamente situada aos pés do Palatino junto à gruta do Lupercal, onde se considerava que Rômulo e Remo tivessem sido amamentados pela loba (*ruma*, *rumis*, *rúmen* são termos latinos arcaicos que significam “teta de animal”). Da própria loba devia existir uma antiga imagem anterior ao grupo de loba e gêmeos dedicado em 256 a.C. pelos edis curules² Quinto e Gneo Olgunio no Fórum romano, para onde também precedentemente, talvez pela monarquia, havia sido transferido o *ficus ruminalis*. O pequeno monumento público dos Olgunii e as moedas com loba e gêmeos, conhecidas a partir de 269, provam que a lenda de Rômulo e Remo era já conhecida e difundida pelo menos desde o séc. IV. O modo de indagar a origem de histórias legendárias considerando-as “explicações” de realidades conhecidas e tangíveis (método que chamamos etiológico) parece utilizável também para relatos nos quais entram já motivos do mito grego, como, por exemplo, a presença e as empresas de Hércules nos locais da escala antiquíssima do Tibre certamente frequentada por mercadores estrangeiros desde tempos pré-históricos, em relação à Ara Maxima, local de culto primitivo na desembocadura do vale do Circo Máximo. É análogo o caso de lendas surgidas por analogias de nomes, como talvez toda a história de Evandro (*Euandros*) fugido da Arcádia e estabelecido no Palatino onde haveria fundado uma cidade chamada *Pallanteum* como a cidade de origem *Pallantion*. A hipótese de uma invenção erudita poderia ser apoiada pelo fato de que a lenda de Evandro em Roma parece antes ser tardia e isolada.

Como para Hércules também para Evandro nos encontramos diante de acontecimentos míticos que a cronologia grega colocava em tempos anteriores à Guerra de Tróia; e é por isso que as vemos quase que privadas de conexões com os núcleos legendários que concernem aos heróis aqueus e troianos. Por outro lado, esses acontecimentos não dizem respeito ao verdadeiro nascimento de Roma, mas se referem a fases imaginárias antecedentes. A propósito das quais poderíamos citar outras “cidades” míticas além daquela de Evandro: isto é, a cidade fundada e governada por Saturno no Capitólio, *Saturnia*, que se deveria acreditar ainda mais remota; além de uma *Valentia* (evidentemente tradução do grego *ρωμη*, “força”) já criada pelos Aborígenes no mesmo Palatino segundo uma tradição que se atribuía ao filólogo Ateios contemporâneo de Varrão; enfim a cidade ou local do deus Jano, o *Ianiculum*, chamado também com designação puramente topográfica *Antipolis* (a “cidade contraposta”).³

Testemunhos literários conhecidos diretamente ou indiretamente relativos ao Lácio e Roma começam a aparecer no mundo grego somente em relação com os personagens do ciclo troiano a partir do séc. IV a.C., pelo menos; mas é possível que existissem referências do gênero já um tanto quanto anteriores. Os famosos versos 1012-1017 da *Teogonia* de Hesíodo, mesmo se considerados uma interpolação parcial, não são de qualquer forma posteriores aos inícios do séc. VI: neles se fala de Odisseu (Ulisses) pai de um *Latinos*, rei dos Tirrenos com o irmão *Agrios* cujo nome corresponde àquele de *Silvius* da lenda albana.

² Relativo a curul, cadeira dobrável portátil, de pernas curvas e incrustada de marfim, reservada na Roma antiga ao uso dos mais altos dignitários, símbolo do poder judiciário. A cadeira curul foi introduzida pela monarquia etrusca como símbolo de poder. Etimologicamente: relativo a carro, a jogos de circo, a ou cadeira de altos dignitários, à magistratura maior e à edilidade maior.

³ O Janículo é uma colina situada na margem oposta do Tibre, por isso a referência topográfica citada pelo autor, como “cidade contraposta”.

Vemos assim misturarem-se motivos gregos com motivos locais. A estas tradições se inspirará a obra bem mais tardia *Alexandra* do poeta Likophron. Os relatos dos *nostoi* (ou retornos da Guerra de Tróia) e dos heróis aqueus investem toda a Itália e em particular o Lácio; mas é, sobretudo, Odisseu que, conhecido desde o epos como frequentador das plagas do Ocidente, aparece ativo nas memórias legendárias relativas às origens de Roma: da sua união com Circe nascera o rei Latino ou, segundo uma outra difundida versão, o próprio fundador de Roma. Ao filão aqueu se acosta aquele troiano que, nas histórias que respeitam à Itália em idade heróica, deve ter uma respeitável antiguidade quase equivalente, se a presença de Eneias no Ocidente era conhecida do poeta Estesícoro, isto é, já talvez na primeira metade do séc. VI. De qualquer modo, pelo menos a partir do séc. V a.C. o nascimento de Roma havia sido especificamente relacionado a Eneias e aos troianos. O primeiro relato que conhecemos a propósito é atribuído ao historiador Helanico e com ele a Damaste de Sigeo. Eneias fugitivo de Tróia, que havia chegado à Itália do Epiro juntamente com Odisseu, teria fundado a cidade chamando-a *Rhome* do nome de uma das escravas troianas vindas no seu séquito, que teria incendiado as naves pelo cansaço de longas viagens em demasia. A esta primeira versão que chegou até nós casualmente deviam acostar-se ou suceder outras histórias nas quais o herói fundador era o próprio Eneias ou mesmo Odisseu. Afora o discutido historiador Promathion ou Promathos, entre os autores que haviam tratado o argumento recordavam-se Aristóteles, Calias de Siracusa, Alcimo e especialmente Timeu de Tauromênio, que entre o final do séc. IV e princípio do III escreveu largamente sobre a Itália e sobre Roma em obras infelizmente perdidas. Seguiram-se os vários relatos dos escritores helenísticos (sécs. III-I). Toda esta tradição em bloco é grega mesmo quando quem a menciona é um escritor latino como Varrão ou Verrio Flaco (em Festo).

Paralelamente ao desenvolvimento da tradição grega, mesmo se em geral mais tardiamente (o diz explicitamente Dionísio de Halicarnasso), deve ter se formado uma tradição romana, representada pelos antigos poetas Névio e Enio e pela sequência de analistas cujos tratados da história de Roma certamente não podem deixar de ter falado das origens. Encabeçando os analistas se coloca Fabio Pictor, personagem da classe senatorial ativo no final do séc. III a.C., cuja envergadura e importância capital foram sentidas já pelos antigos e são, sobretudo, enfatizadas pelos estudiosos modernos. Ele foi autor da primeira história orgânica de Roma, na qual todas as narrativas até então correntes sobre o nascimento e sobre a infância da cidade encontram uma sistematização depois substancialmente aceita pela historiografia canônica, isto é, a lenda dos gêmeos e a fundação da cidade por parte de Rômulo. Mas Fabio Pictor havia escrito sua obra em grego (como o contemporâneo Cincio Alimento) e é possível que uma parte pelo menos da sua reconstrução tenha tido precedentes na obra do grego Diocles de Pepareto, como acenado por Plutarco; podemos pensar no grande modelo de Timeu. Em substância Fabio nos surge quase como um elo de ligação entre a tradição grega e a tradição romana. Esta última é representada pelos analistas especialmente dos sécs. II e I a.C. até chegar às grandiosas obras históricas do período de Augusto, isto é, a Lívio e a Dionísio de Halicarnasso, sem excluir outras contribuições também estas de caráter propriamente histórico como as de Salústio e de Cícero.

Mas um filão importante de notações se reconhece igualmente na literatura que poderemos definir de caráter erudito, como a que caracteriza as obras de Varrão, de Verrio Flaco (refletida no léxico enciclopédico de Festo) e de Plínio o Velho. A pesquisa sobre os locais, os usos, as palavras havia investido amplamente o passado mais remoto de Roma:

frequentemente se atuava em complicadas especulações exegéticas⁴ ou em divagações de fantasia; a pesquisa já havia sido iniciada nos relatos dos escritores gregos especialmente de período helenístico e era atribuída também a alguns dos analistas romanos. A tradição erudita entre outras coisas teve uma grande atuação nos nomes. É digno de nota o fato de que em geral nos relatos que chegaram até nós o ato da fundação material da cidade é atribuído, mais do que aos grandes heróis, Odisseu e Eneias, aos seus sequazes ou filhos, quase como intermediários cuja personalidade é obscura, mas cuja característica comum é o nome forjado sobre o de Roma: isto é, de modo variado *Rhomos*, *Roma-Rhome*, *Rhomis*, *Romanus*, *Romulus*. Antes, parece evidente que aqui havia sido inserido um fator de erudição artificial que, impondo a presença de um ecista⁵ epônimo levou a uma fórmula de compromisso com citação dos personagens que em uma tradição originária pela sua importância deviam ter sido imaginados como os artífices da cidade. Uma outra figura mítica criada por assim dizer pelo seu próprio nome é Latino, epônimo dos Latinos, o qual aparece atestado na lenda desde os tempos arcaicos como provariam os já citados versos de Hesíodo segundo o qual ele era filho de Odisseu e de Circe e rei dos Tirrenos (mas na verdade ele será depois recordado essencialmente como rei do Lácio). Também a sua relação com o nascimento de Roma é apenas indireta.

Na passagem da tradição grega para a tradição romana e no entrelaçamento dos motivos puramente analísticos com motivos de especulação erudita uma outra questão assume relevância particular: a da cronologia da fundação de Roma. A versão mais antiga representada essencialmente pela tradição grega fazia remontar todos os eventos conexos com as origens da cidade (primitivos assentamentos de Hércules e de Evandro, a verdadeira fundação) aos tempos míticos que precediam a Guerra de Tróia (Hércules, Evandro) e àqueles que a acompanham ou imediatamente a seguem. Ora, tudo faz presumir que já em uma fase um tanto antiga, de qualquer maneira não posterior ao séc. IV a.C., se fosse dando crédito a uma cronologia totalmente diversa que, utilizando fontes locais (memórias orais, anais pontificais e gentílicos?) e talvez partindo do cálculo da duração dos reinados dos reis de Roma, conduzia os inícios da cidade a um período por volta do séc. VIII ou IX-VIII a.C. Esta datação foi provavelmente aceita também nos ambientes gregos particularmente atentos às coisas romanas, como resulta da notícia que Timeu colocava a fundação de Roma em 814-813 a.C., provavelmente em paralelo àquela de Cartago. A título de curiosidade pode-se recordar que as datas de fundação mencionadas por Dionísio de Halicarnasso são, além daquelas de Timeu, os anos 728-727 para Cincio Alimento, 748-747 para Fabio Pictor (depois seguido por Políbio), 752 para Catão; a data “canônica” será fixada em 754-753 por Varrão como é bem conhecido. Névio e Enio seguiam ainda o filão grego da ligação a Eneias; mas é interessante que em um verso de Enio se acene a um cálculo que dataria a fundação de Roma ao início do séc. IX. O salto e poderemos dizer o abismo cronológico (quatro séculos!) entre as duas tradições representou naturalmente um grande problema para a historiografia e para a erudição antiga. Houve quem, como Dionísio, falou de duas fundações. Geralmente a solução vulgata difundida a partir de, pelo menos, Fabio Pictor foi obrigada a preencher aquele vácuo temporal com uma longa dinastia totalmente artificial de reis de Alba Longa, através da qual se podia ligar novamente Eneias (com todo o seu ciclo do rei Latino, da esposa Lavínia, da cidade de Lavínio, do filho Ascânio, da porca com trinta leitõezinhos) às histórias dos últimos reis

⁴ Relativas a exegese, interpretação, explicação.

⁵ Herói fundador. Do grego *oikistes*, colonizador.

albanos Numitor e Amulio, Rea Silvia e do deus Marte, dos seus filhos Rômulo e Remo, da fundação de Roma e do reino de Rômulo.

Veio, assim, constituindo-se o quadro destinado a impor-se em modo definitivo à imaginação histórica e poética romana. Deste quadro, é útil em parte repeti-lo aqui sinteticamente, possuímos uma imagem ampla e particularizada não só nas partes iniciais das grandes obras históricas sobreviventes de Tito Lívio e de Dionísio de Alicarnasso, como também na literatura poética de período de Augusto, em particular na *Eneida* de Virgílio e nos *Fasti* de Ovídio; além dos já mencionados escritores “antiquários” Vitruvius e Verrius Flaccus. Sucessivamente acrescentar-se-á a *Vida de Rômulo* de Plutarco, enquanto as notícias de outros historiadores e eruditos de período imperial avançado ou cristão ou até mesmo bizantino não apresentam indicações de relevo diversas daquelas das fontes principais mencionadas: inclui-se naturalmente neste conceito a tão copiosa quanto confusa e misturada coleta de dados e de citações denominada *Origo gentis Romanae*, cujo núcleo pode ser datado do séc. II d.C., mas fortemente reelaborada no IV (sua matéria refere-se, de qualquer modo, às fases legendárias anteriores à fundação de Roma). Não será inútil mencionar, como conclusão desta resenha, que a literatura romana, com particular consideração ao período tardo-republicano e de Augusto, enfrentou o tema das lendas das origens com perspectivas que frequentemente se inspiravam em correntes de pensamento dominantes na filosofia helenística, como o epicurismo e o estoicismo, e, em relação ao problema do impacto com a presença do sobrenatural e do miraculoso nos relatos transmitidos, reagiam com atitudes diversas, que, contudo, parecem revelar uma tendência sempre mais destacada na direção da racionalização do mito, mesmo permanecendo como regra não excluída a credibilidade das intervenções divinas na história.

Consideremos agora outro motivo essencial do desenvolvimento e da configuração particular dos relatos sobre as origens de Roma. O rápido crescimento da potência romana havia levado à difusão de um sentido de admiração por parte dos gregos e de orgulho dos romanos que devia refletir-se na exaltação das origens da cidade concebida como princípio de grandeza. Desta grandeza não podiam faltar, é verdade, num período como o helenístico-romano, explicações racionais: como a da feliz situação geográfica de Roma ilustrada, entre outras coisas, de modo muito eficaz por Cícero na *de Republica* (II, 3,5 e 5,10). Mas, como é bem compreensível, o motivo essencial, universalmente difundido, foi o da vontade divina que se fez manifesta e concreta através dos personagens e das ações do evento fatal. Isto era já evidente nas procuradas conexões com os grandes heróis do mito grego, filhos de divindades. Mas toda uma aura de sacralidade e de prodígio veio envolver os diversos momentos da narrativa das origens por todo o seu desenvolvimento, desde a vinda de Eneias à Itália até o reino de Rômulo e até mesmo ao de seu sucessor Numa Pompílio, para depois se apresentar aqui e ali nas histórias dos reis sucessivos e abertamente repropor-se nas gestas dos heróis da primeira República: Mucio Cévola, Horácio Cocles, Clélia (para os quais se demonstra que a “criação da lenda”, a *mythopóiesis*, devia estar ainda em ação, incandescente, nos sécs. V-IV a.C.). Já Ennio, proclamava que a “ilustre” Roma havia sido fundada *augusto augurio*: e este sentido de respeito religioso por aquela antiga criação devia ser difundido entre os seus contemporâneos da geração de Catão, e entre os predecessores imediatos como Fábio Pictor e Cincio Alimento. Mas é, sobretudo no período de Augusto que, com as grandes obras históricas de Dionísio de Alicarnasso e de Lívio e as obras poéticas de Virgílio e Ovídio, o nascimento de Roma se eleva aos mais solenes valores de celebração mesmo em nível oficial no quadro da ideologia augusteana, à

qual não foi estranha a louvada ligação genealógica da família dos *Iulii* com *Iulus*, nome com que era também chamado Ascânio, filho de Eneias.

No contexto desta atmosfera de celebração pode-se essencialmente trazer a outra categoria de documentos que, juntamente com as fontes literárias, nos informam tradições legendárias antigas sobre as origens de Roma: isto é, as fontes figuradas. É natural que na maior parte dos casos estas tenham o caráter de uma “ilustração” das histórias relatadas ou escritas e como tal pertençam aos períodos em que as histórias tinham atingido pleno e definitivo desenvolvimento, isto é, no momento em que as velhas notações analísticas ou os temas de erudição haviam-se ampliado e consolidado em autênticos tratados históricos orgânicos. Acrescente-se que o compromisso conceitual e material da obra artística se justifica essencialmente por um interesse relevante, preferivelmente público. É por isso que os “relatos por imagens” sobre as origens e a história primitiva de Roma se colocam em paralelo com a grande historiografia, com continuidade no período imperial, como expressão recorrente de um apelo por assim dizer emblemático à grandeza de Roma (tais podiam ser os relevos com a loba e os gêmeos ou com Eneias em fuga de Tróia com Anquises e Ascânio encontrados em áreas provinciais romanas).

Os primeiros temas que aludem ao mais remoto passado de Roma se manifestaram nos cunhos monetários republicanos, a começar pela já mencionada loba com os gêmeos da cunhagem romano-campana do séc. III a.C.; enquanto imagens de antigos reis ou de Brutos, naturalmente fictícias, se encontram em emissões de personagens de *gentes* que se consideravam suas descendentes: tal moda se difundirá, sobretudo, no decorrer do séc. I a.C. Está bem entendido que este dado nos interessa apenas a título de pura curiosidade. Analogamente, destituídas de qualquer valor documentário serão de imaginar as muitas estátuas erigidas em locais públicos de Roma em vários períodos, mesmo muito antigos, representando reis ou heróis, até com falsas atribuições que se firmaram através dos séculos. E a propósito de estatuária, pode-se tornar a mencionar, além do grupo dos Olgunii com loba e gêmeos, também as obras mais antigas, no Lupercal e no capitólio, uma das quais poderia ser identificada com o próprio grande e famosíssimo bronze capitolino.

Entre o final da República e o princípio do Império se coloca uma apreciável série de cenas, para não dizer mesmo ciclos, pictóricos e em relevo, que se referem de modo diverso às lendas das origens, às aventuras de Eneias, à história dos gêmeos, à fundação da cidade, ao rapto das Sabinas, não todas e nem sempre claramente explicáveis nos particulares. Trata-se de pinturas funerárias, entre as quais são particularmente significativas as de um columbário⁶ da necrópole do Esquilino; e de esculturas como a famosa Tabula Ilíaca do Capitólio, minuciosamente historiada com cenas do *Iliouperis* e do advento de Eneias na Itália e com didascálias⁷ (talvez ecoando notícias derivadas da poesia de Estesícoro e, portanto, que podem reconduzir ao séc. VI a.C.!), ou como os frisos extremamente fragmentários descobertos no Fórum romano na Basílica Emília. Um testemunho particular pelo seu significado simbólico e pelo seu alto valor artístico é o painel da *Ara Pacis Augustae* que figura o sacrifício de Eneias aos Penates. Todo o repertório das vicissitudes de Eneias, de Marte e Rea Silvia, dos gêmeos criados pela loba, da leitoa com seus leitõesinhos retorna repetidamente em vários monumentos de período imperial, como, por exemplo, os relevos de uma ara de Óstia ou da assim chamada Ara

⁶ Câmara sepulcral entre os antigos romanos, destinada a conter urnas cinerárias e ataúdes. O nome vem da semelhança deste monumento funerário com um pombal com seus nichos.

⁷ Notas intercaladas no diálogo de uma peça, que servem de explicação (legendas).

Casali. Motivos individuais ocorrem largamente em toda a produção do Império até períodos mais tardios.

Os estudos modernos.

Sobre a tradição antiga que respeita às origens de Roma, incontestada até o início dos tempos modernos, começam a exprimir-se dúvidas a partir do final dos Quinhentos⁸ e posteriormente nos Seiscentos e nos Setecentos, sobretudo nas obras de Johannes Temporarius, Filippo Cluverio, Giacomo Perizonio, Giambattista Vico, Louis de Beaufort. Mas é somente no princípio dos Oitocentos que, com Berthold Georg Niebuhr, nascem uma primeira avaliação crítica das fontes e uma tentativa de sua interpretação histórica. Aos relatos tradicionais, que ele acreditava (como alguns outros eruditos que o haviam precedido) consignados em grande parte pela transmissão oral, atribuíam um caráter essencialmente mítico. Entretanto, sobretudo da observação do conjunto dos dados literários, com especial preocupação com aqueles referentes às fases mais avançadas da história primitiva de Roma, Niebuhr extraiu o ponto de partida para observações positivas destinadas a encontrar novos desenvolvimentos na historiografia mais recente, como a propósito da importância de Roma no período arcaico sob a monarquia e da sua decadência com o início da República.

Um fulcro dos estudos históricos sobre Roma antiga é naturalmente a obra de Theodor Mommsen, o qual não deixou de discutir os problemas das fases da cidade na sua famosa *Römische Geschichte* (1851-1854 com sucessivas edições), como em outros diversos produtos da sua vastíssima atividade de historiador, historiador das instituições, historiador da civilização. O rigor crítico nele aparece ulteriormente crescido; mas este rigor tende a levar as suas posições para consequências radicais extremas. Assim, foi negada quase que totalmente a validade da tradição literária para fins da reconstrução histórica, e isso não apenas para aquilo que se atém às lendas das origens mais remotas, mas para o inteiro desenvolvimento dos tempos arcaicos e até mesmo até ao incêndio gaulês que no início do séc. IV teria destruído toda a documentação do passado então existente em Roma. Eis então que nasce em torno da metade dos Oitocentos, com uma contribuição empenhada também de outros historiadores contemporâneos como A. Schwegler ou G.C. Lewis, aquela grandiosa orientação dos estudos que, imersa no clima do positivismo e sustentada pela presumida infalibilidade do *método* (de nítida marca germânica), deveria dominar todo aquele século e parte do sucessivo, constituindo um momento essencial da história dos estudos sobre os primórdios de Roma: isto é, o ceticismo hiper-crítico no que concerne à tradição. Alguns episódios de reação no sentido tradicionalista, como, por exemplo, já no começo, a de Franz Dorotheus Gerlach, podem ter provocado polémicas, mas pela prevalente ingenuidade da sua impostação não alteraram o quadro geral das tendências em ação.

Depois de Mommsen a questão das origens de Roma partirá em duas direções: de um lado deverá acentuar-se a hiper-crítica com Ettore Pais; de outro lado a proposição de estudos que, ainda que no sulco do severo método crítico imposto pelo positivismo oitocentescos de modo então considerado já irremediável, manifestarão uma abertura parcial para a possibilidade de utilizar historicamente a tradição também à luz de comparações com

⁸ Em italiano, Cinquecento, Seicento, Setecento etc. significam 1500, 1600, 1700 etc. Aqui traduzidos como Quinhentos, Seiscentos, Setecentos...

culturas “primitivas” atuais, de considerações de ordem linguística, mas, sobretudo, de novos elementos de juízo proporcionados pelo estudo da topografia de Roma e pelas primeiras descobertas arqueológicas de interesse proto-histórico (em particular com as escavações de Giacomo Boni na área do Fórum Romano entre 1898 e o início da primeira guerra mundial). Nos referimos essencialmente aos tratados históricos de Eduard Meyer (1892-1902), de Gaetano De Sanctis (1907), de Giulio Beloch (1926) e – desejamos ainda incluí-lo como último desta série – de Franz Altheim (1934-35 e 1941).

Aproximando-se a metade do século e depois, explosivamente, nos anos que seguem o fim da segunda guerra mundial, o cenário muda de modo decisivo e total, seja no que concerne ao impetuoso crescimento dos estudos especificamente centrados nos primórdios de Roma (não mais considerados apenas como capítulo inicial da história romana), seja por uma reviravolta geral das posições críticas no sentido “anti-mommseniano”, isto é, a favor do reconhecimento do valor histórico substancial da tradição. A este grandioso movimento de estudos corresponde e concorre um intenso desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, que parecem ter agora substituído o objetivo da re-evocação de Roma imperial dominante nas primeiras décadas do século por um interesse mais vivaz pelos vestígios da Roma proto-histórica (tendência à pesquisa de um passado mais longínquo, comum, de resto, a toda a arqueologia italiana pós-bélica). As observações no terreno e as novas descobertas na área da cidade e mais amplamente no Lácio, acrescentando-se aos dados fragmentários de conhecimento material já adquiridos, nos fornecem, com completeza e precisão sempre mais crescentes, uma trama concreta e certa das condições culturais que se sucedem nos tempos aos quais se referem as histórias das origens consentindo-nos, assim, medir ao menos em parte os limites de credibilidade dessas últimas. Acrescentemos mais particularmente que à arqueologia, como em geral às consistências topográfico-monumentais, se deve a prova da existência daquela fase de grandeza de Roma em idade régia proposta pela tradição, que a crítica histórica contemporânea, no final de contas resumindo as idéias de Niebuhr, propôs no centro de sua redescoberta dos valores históricos tradicionais.

É precisamente sobre este argumento da importância de Roma como cidade arcaica que se manifestam os primeiros passos corajosos e resolutos para o retorno à tradição. Mas é interessante que estas novidades de ponta não partam inicialmente apenas da arqueologia. Em 1937 Giorgio Pasquale, filólogo e historiador da literatura clássica, publicava o ensaio *A grande Roma dos Tarquínios*, cujo título, claramente indicativo do conteúdo, era destinado a se tornar um slogan para a cultura histórica contemporânea. Mas já no início dos anos da década de 1930 as pesquisas do historiador Plínio Fraccaro sobre as reformas atribuídas ao rei Sêrvio Túlio e sobre as origens da ordenação centuriada, haviam dado uma concretude, por assim dizer, “técnica” à credibilidade das notícias dos escritores antigos sobre aqueles eventos colocados na sua correta posição cronológica. Da mesma forma num outro contexto setorial, o da economia, as memórias do período da monarquia haviam sido exploradas de modo frutífero e positivo por Federica Tamborini. No novo clima vinham amadurecendo em várias direções os interesses dos autores por aqueles anos; também outros historiadores como Giulio Giannelli (de 1935) e o jovem Santo Mazzarino, que na sua primeira obra *Da monarquia ao estado republicano* (1945) abriu estrada para a atual base de discussão vivíssima sobre os problemas da ultrapassagem institucional, vistos não já no quadro de esquematismos jurídicos abstratos, mas na concretude de uma possível reconstrução histórica inspirada na tradição e alimentada por uma estreita rede de comparações externas com os fenômenos do mundo etrusco e mais geralmente itálico (na

esteira de uma tradição de estudo que remonta ao livro, já há muito esquecido, de A. Rosenberg, *Der Stat der alten Italiker*, de 1913).

O momento culminante da abordagem revisionista é o discurso acadêmico proferido em 1952 em Milão por Fraccaro com o título *A história romana arcaica*, verdadeiro exemplo de método mesmo sendo sintético, no qual o autor reivindicando, entre outras coisas, a autenticidade dos primeiros nomes das listas dos Fastos Consulares e dando valor particular ao testemunho de Diodoro Sículo, considera já inaceitável a refutação apriorística da tradição, a qual deve ser, portanto, aceita e interpretada nas suas grandes linhas no que se refere aos acontecimentos do séc. VI e princípio do V a.C. Este momento é tão mais significativo se se considera que justamente no próprio ano veio à luz o primeiro volume da *História de Roma e do mundo romano* de Luigi Pareti, obra muito pessoal, de vastíssimo fôlego e de audácia reconstrutiva fascinante, geralmente fiel aos dados da tradição e largamente aberta às sugestões mais atualizadas da arqueologia e da linguística. E logo em seguida, em 1954, eis que aparece uma outra verdadeira *summa* de todos os conhecimentos adquiridos sobre a história política e institucional de Roma, dos inícios à instauração da República, com aceitação incondicional das novas orientações críticas, nos monumentais *Primordia Civitatis* do historiador do direito Pietro De Franciscis. Seguirá, sobretudo no decorrer dos anos de 1960, toda uma série de contribuições com vistas a confirmar, dilatar e desenvolver nos particulares o processo historiográfico dominante: deve ser mencionado a propósito especialmente o ensaio de Arnaldo Momigliano, *An Interim Report of the Origins of Rome* (1963); e é em tal contexto que se colocam também as pesquisas desenvolvidas pelo autor deste livro. Não se pode deixar de destacar que da atividade e da produção da qual se fala aqui participaram quase que exclusivamente estudiosos italianos. Veremos daqui a pouco qual será a parte representada pelos historiadores e arqueólogos estrangeiros. Mas, entretanto, poderão ser mencionadas, substancialmente na linha do respeito da tradição, as obras do inglês Robert M. Ogilvie, dos franceses Jacques Heurgon e Raymond Bloch, do americano Robert E. A. Palmer.

Para as fases mais longínquas, a possibilidade de restituir um certo quadro de situações e de eventos se apóia essencialmente na arqueologia. Em 1948 as escavações dirigidas por Pietro Romanelli e por Salvatore Puglisi no Palatino, mais precisamente na zona ocidental que acima do declive do Germalo, trouxeram à luz uma série de traços de bases de cabanas que os materiais do mobiliário fragmentário a elas pertencentes faziam remontar ao menos ao séc. VIII a.C. É bem verdade que restos do gênero já haviam sido encontrados na própria zona por Dante Vaglieri, no princípio do século; e é também verdade que contemporaneamente e sucessivamente às escavações de Boni e de Vaglieri, o Palatino, o Fórum Romano haviam restituído muitos testemunhos significativos dos períodos proto-históricos (já mencionadas em resenhas de Ugo Antonielli 1929 e de Giuseppe Lugli 1943). Mas é também verdade que o amadurecimento de uma consciência histórica levou a saudar a descoberta Romanelli-Puglisi como a prova material da primeira fundação de Rômulo no Palatino, seja pela coincidência cronológica, seja pela topográfica (era o local onde a tradição localizava a *casa Romuli*). Mesmo se depois tachado de excessivo simplismo, este achado, de qualquer forma, permanece uma realidade substancial. Mas as constatações se multiplicavam e se dilatavam. No material de descarte proveniente dos preenchimentos dos estratos arcaicos da área sacra de Sto. Omobono no Fórum Boário (cujas escavações já haviam sido iniciadas nos anos 1930) identificaram-se fragmentos cerâmicos que remontavam à Idade do Bronze, e, aliás, até mesmo ao Bronze

Médio, isto é à cultura denominada Apenina. Tratava-se, sem dúvida, de resíduos de assentamentos situados no Capitólio ou talvez também no Palatino ou suas encostas. Traços de habitações do Bronze Recente apareciam no vale do Fórum Romano. Em toda parte no Palatino e no Fórum se encontravam testemunhos do Bronze Final e especialmente da sua última fase, com destaque especial às tumbas de cremação típicas do primeiro período lacial já conhecidas em parte desde os tempos de escavações de Boni. Reconhecer presenças humanas anteriores ao final do II milênio a.C. nestes locais significava reportar-se à cronologia tradicional das primeiras “fundações” de Roma em idade heróica, assim como as cabanas do Palatino haviam evocado a idade da fundação do período de Rômulo.

Ao lado destas novidades consistentes as pesquisas e as descobertas dos últimos decênios alargaram a imagem de Roma dos primórdios também na idade arcaica avançada, e por este perfil parecem principalmente esclarecedoras algumas campanhas de escavação, entre as quais a de longe mais rica de interesse histórico e artístico é a do templo arcaico de Sto. Omobono; também não se pode esquecer a exploração sistemática da Regia no vale do Fórum dirigida por Frank E. Brown, com resultados muito notáveis no que concerne às muitas fases de transformação do edifício. Todo o conjunto dos achados arqueológicos velhos e novos para as fases primitivas de Roma se encontra integralmente e diligentemente coletado, ilustrado, comentado, até às datas de publicação, nos seis volumes monumentais da obra *Early Rome* (1953-1973) de Einar Gjerstad, o qual era, entre outras coisas, responsável em primeira pessoa pelas escavações no Fórum Romano e em Sto. Omobono. Dos dados disponíveis se extraíam algumas consequências cronológicas e históricas de que se falará em breve. Uma outra intervenção integral, de avaliação e de dedução mais de que de exposição, e limitada aos horizontes culturais mais antigos, é representada mais ou menos contemporaneamente pelos dois livros de Hermann Muller-Karpe *Vom Anfang Roms* (1959) e *Zur Stadtwerdung Roms* (1962), nas quais, em particular na segunda, se delinea uma trama cronológica que será geralmente aceita pelos estudos mais recentes. A pesquisa no terreno e a interpretação histórico-topográfica das descobertas por toda a área da cidade tiveram neste mesmo tempo e por longos anos como principal protagonista, em uma produção densíssima multiforme, Ferdinando Castagnoli, que dedicou uma parte notável de seu empenho de estudioso aos problemas de Roma primitiva. Os horizontes da re-evocação arqueológica deverão, por último, surpreendentemente ampliar-se fora da área de Roma, mas em seus arredores e a distâncias variadas, com as descobertas, na verdade extraordinárias, especialmente de necrópoles, feitas no território do Lácio a partir de 1970: em Castel de Decima, em Ficana na estrada para Óstia, e não distante da cidade da localidade de Acquacetosa na via Laurentina, em La Rustica, em Osteria dell’Osa na zona da antiga Gabios; enquanto se enriquecem ulteriormente as revelações de santuários e de cemitérios da antiga Lavínio em Pratica di Mare, e frutíferas pesquisas se estendem mais ainda para o sul com particular destaque para Satrico.

Todas as experiências críticas e as discussões mais recentes foram afetadas por esta grande onda de novidades que se ofereceram ao intrincado jogo das argumentações e das hipóteses históricas com o seu frescor e com a sua certeza. Concretamente as descobertas foram reconsideradas individualmente e apresentadas ao público através da mostra “Civilização do Lácio primitivo”, montada em Roma em 1976, e outras mostras afins, menos ricas mas tematicamente mais extensas, com referência específica ao nascimento de Roma, exibidas nos anos sucessivos em Paris, em Bucareste, em Budapeste. Enfim, em 1990 foi apresentada em Roma uma exposição intitulada “A grande Roma dos Tarquínios” dedicada ao período compreendido entre o final do séc. VII e o início do V a.C. Um tipo de

manifestação ainda de interesse coletivo pelos testemunhos arqueológicos em contínuo crescimento e pela sua valorização histórica se apresenta nas reuniões científicas, entre as quais devem ser mencionados de modo particular o congresso de estudos de 1968 em Tarento sobre a Magna Grécia em Roma no período arcaico, o seminário “A formação da cidade no Lácio” e o congresso “Lácio arcaico e mundo grego” realizados em Roma em 1977, os encontros de estudo do Comitê para a arqueologia lacial sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Pesquisas a partir de 1978; serão acrescentados, sempre em Roma, os colóquios “Os etruscos em Roma” (1979) e “Etrúria e Lácio arcaico” (1986), e em Pisa “Às origens de Roma” (1987), ainda que os argumentos neles tratados extrapolem em parte o campo arqueológico para tocar problemas linguísticos e geralmente históricos. A frequência de todas essas iniciativas e de outras análogas parece ser verdadeiramente uma moda em nossos tempos.

Tornando a considerar as perspectivas gerais dos estudos e seus protagonistas, o nosso interesse é atraído por dois “casos” que quase contemporaneamente dominaram, e animaram, a cena da história de Roma primitiva em um período bem próximo de nós mas que podemos considerar já ultrapassado, de qualquer forma. O primeiro é o caso de Gjerstad, explorador e ilustrador das antiguidades proto-históricas de Roma, como já sabemos, o qual, fazendo sua a teoria do historiador seu conterrâneo Karl Hanell, propôs um considerável abaixamento de datas para acontecimentos de Roma no período régio, colocando a fundação da cidade na primeira metade do séc. VI (para sermos exatos por volta de 575 a.C.), o início da dinastia dos Tarquínios nos últimos decênios do mesmo século, o reino de Sêrvio Túlio nos primeiros decênios do V, a queda da monarquia por volta de 450 a.C. Este deslizamento cronológico, nitidamente contrastante com os cálculos dos historiadores antigos (mas é curioso que pela natureza dos acontecimentos e pelos nomes e características dos personagens, Gjerstad se prenda fielmente até demais à tradição), foi mantido como conclusão da própria *Early Roma*, além de em numerosas contribuições distribuídas entre 1960 e 1972 e defendido com apaixonada obstinação contra uma crítica desfavorável por unanimidade. Esta tentativa singular de revisão, entre outras coisas, apoiada em provas arqueológicas presumíveis, pode-se compreender no quadro de uma tendência geral dos estudiosos suecos das últimas gerações para uma cronologia “curta” ou “curtíssima” da proto-história italiana, com uma datação do primeiro período lacial não anterior ao séc. VIII (como foi sustentada ainda depois de Gjerstad, também isoladamente, por Peter G. Gierow).

O segundo caso é o do grande historiador da civilização do mundo antigo Andras Alföldi, cujo livro *Early Rome and the Latins* (1965) deve considerar-se um dos títulos mais relevantes da inteira bibliografia sobre os primórdios de Roma: trata-se, de fato, de uma obra extraordinariamente rica de informações repensadas criticamente. A interpretação histórica geral de Alföldi parece todavia condicionada pela idéia de que o desenvolvimento político e cultural, além do urbanístico e territorial, de Roma siga uma linha de crescimento simples e uniforme, do menos ao mais (o que, no final de contas, pode parecer um retorno a posições “mommsenianas”). Até todo o séc. VI seria de imaginar um centro de relevo modesto, exposto a sucessivas dominações das cidades etruscas, e somente no séc. V poderia distinguir-se um gradual aumento da importância de Roma também em relação às outras comunidades do Lácio. A tradição não é sub-avaliada, mas os seus dados assim como chegaram aos analistas e aos historiadores antigos refletiriam essencialmente a obra de sistematização e de inventividade de Fabio Pictor. Também para Alföldi não foram

poupadas reservas e críticas, particularmente respeitadas, entre as quais as de Momigliano; nem se pode dizer que as respostas do autor tenham trazido novos argumentos a seu favor. Entre outras coisas, a negação da “Grande Roma dos Tarquínios” já parece hoje, depois das descobertas mais recentes, fora de qualquer fundamento científico.

A contribuição indiscutivelmente imponente de Andras Alföldi aos estudos sobre as origens de Roma se estende também aos problemas da interpretação das lendas e dos ritos mais antigos de Roma através de comparações etiológicas. Temas como a tripartição das estruturas primitivas, a loba progenitora, a origem dos lupercais, a sociedade dos pastores-guerreiros, a dupla monarquia, o rei ferreiro divino foram tratados, especialmente no livro *Die Struktur des voretruskischen Römerstaates* (1974) em relação a alguns grandes motivos comuns da área euro-asiática. Esta esfera de interesses nos liga diretamente a uma outra sobeja personalidade crítica de nossos tempos, isto é, a Georges Dumézil, que na sua produção vastíssima, entre outras obras por último em síntese na *La religion romaine archaïque* (segunda edição 1974), quis esclarecer muitos aspectos fundamentais da “mitologia” e das estruturas institucionais romanas com paralelos do patrimônio legendário e das instituições dos povos de língua indo-européia, com destaque especial para o motivo dominante das “três funções” (sacerdotal, guerreira, produtiva). Compreende-se bem que estas posições pressupõem uma não historicidade dos relatos legendários, dos quais distinguir-se-ia uma origem atávica no início dos tempos nos quais a tradição os localiza. E é precisamente nesta linha de explicação que se coloca a última tentativa importante de refutação global da tradição, ao menos para as fases anteriores à monarquia etrusca, isto é, antes do final do séc. VII a.C., tal como nos é apresentada no livro *Les origines de Rome. Tradition et histoire* (1985) de Jacques Poucet, já conhecido como um muito veemente negador da presença dos sabinos na proto-história de Roma.

Considerando outros aspectos da pesquisa atual, poderíamos acenar para os problemas do povoamento e da população do Lácio e de Roma frequentemente enfrentados ou abordados de leve nos últimos estudos, e em particular o problema da composição étnica ou étnico-linguística de Roma proto-histórica e arcaica. Em seu tempo os havia abordado Giacomo Devota, ao qual principalmente, mas não a ele somente, se deve a identificação de elementos sabinos na formação da língua latina. Para o desenvolvimento destes temas de trabalho concorreram também as descobertas epigráficas, de cuja importância no plano histórico geral se falará em breve. Mas para o conhecimento do latim mais antigo é atualmente razão de desconcerto a retomada da tese da falsidade da fíbula de ouro de Palestrina com a sua inscrição famosíssima, sustentada por Margherita Guarducci (1980) com largos mas não unânimes consensos: isto será tratado mais adiante. Um setor de interesse particular para a identificação dos grupos étnicos presentes em Roma arcaica (latinos, sabinos, etruscos) foi se delineando na análise dos nomes próprios de pessoas testemunhados em alguma medida pela tradição e pelas inscrições, mas, sobretudo pelos Fastos Consulares (adequadamente reavaliados quanto à sua historicidade, como já foi dito).

A direção principal da exploração propriamente histórica permanece sempre aquela das estruturas do estado e da sociedade. Já encaminhada precedentemente por historiadores e juristas (Mazzarino, De Francisci) a discussão sobre as instituições atingiu a sua fase culminante nos anos sessenta e setenta, centrando-se principalmente sobre a natureza da monarquia arcaica em Roma, sobre a passagem da monarquia à República, sobre as características das primeiras magistraturas republicanas, sobre a origem da plebe: muitas e vivazes intervenções, entre as quais se mencionam as de Momigliano, de Heurgon, de Jean-

Claude Richard, dos juristas Francesco De Martino, Antonio Guarino, Pierangelo Catalano. O interesse foi cada vez mais pendendo para os problemas sociais, isto é, sobre o desenvolvimento das camadas da comunidade primitiva na formação de uma oligarquia gentílica e na progressiva emergência e afirmação de estratos subalternos no final da monarquia e início da República. Todo este filão de estudos naturalmente deve muito ao progresso de conhecimentos que derivam do incremento das descobertas arqueológicas e da sua ilustração e interpretação. A novidade mais interessante a propósito se reconhece no aporte concreto, em alguns casos até mesmo surpreendente, que as inscrições arcaicas latinas e etruscas encontradas em Roma e arredores trouxeram à história em geral, e sobre as quais converge atualmente a atenção dos estudiosos.

A distinção, clara e permanente, dos diversos circuitos disciplinares não impede contatos recíprocos sempre mais acentuados e até mesmo desenvolvimentos unitários que tendem ao êxito daquele único objetivo final que é o significado histórico dos primórdios de Roma. De modo que, das mesmas discussões participaram e hoje frequentemente participam em plena consonância filólogos especialistas em historiografia antiga, juristas, arqueólogos, estudiosos de sociologia e de história das religiões, linguistas: quando não se trata até mesmo de pesquisadores interessados em mais setores. Poderão aqui ser citados a propósito, ao lado de nomes já recordados, outros estudiosos geralmente mais jovens, como, entre outros, Renato Peroni, Giovanni Collona, Carmine Ampolo, Timothy Cornell, Lorenzo Quilici, Fausto Zevi, Mauro Cristofani, Gilda Bartoloni, Anna Maria Bietti Sestieri, Filippo Coarelli, Jorge Martinez-Pinna, Alexandre Grandazzi.

Todas as fontes de conhecimento reconsideradas.

Tudo o que se falou a propósito das diversas disciplinas que concorreram para “construir” a discussão sobre as origens de Roma tem como implicação óbvia também o problema dos dados de que se partiu, sobre os quais se baseiam os conhecimentos pouco a pouco adquiridos em cada campo de estudo. A orientação unitária que foi sendo determinada para uma tentativa de interpretação geral e re-evocação histórica nos coloca de frente à exigência de reexaminar toda a “evidência” possível (usamos o termo na acepção inglesa⁹), qualquer que seja a natureza, e avaliar seu alcance de esclarecimento, em absoluto e comparativamente.

A um tema de proto-história como o estudo dos primórdios de Roma convém não só a múltipla variedade das fontes, que vale para qualquer exploração do passado, mas também a relativa paridade de importância dos vários tipos de testemunhos. Quer-se dizer com isto que, enquanto, por exemplo, para o mundo dos primitivos, desprovidos de escrita, pré-históricos e atuais, falam somente os restos arqueológicos ou as memórias transmitidas oralmente, e ao contrário, a história das grandes épocas de civilização é iluminada sobretudo por documentos escritos literários ou de arquivo, para aquilo que se refere às fases da aurora das civilizações superiores, isto é, as fases de passagem da pré-história àquela que dizemos “história”, nenhum princípio de verificação pode considerar-se exclusivo ou privilegiado, todos concorrendo, com uma eficácia própria e, por assim dizer, qualidade de ser insubstituível, ao processo de conhecimento.

⁹ Evidence = indício, testemunho, dados.

Consideramos em primeiro lugar as fontes literárias. Já foi dito o que estas nos ensinam sobre as opiniões e sobre as crenças dos antigos acerca das origens de Roma. Vejamos agora o que é nestas propriamente utilizável para fins de uma “nossa” opinião. Para tornar claro o discurso convém partir do “bloco central” dos grandes historiadores do período de César e de Augusto, Diodoro Sículo, Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso, seja pelo valor incomparável de suas obras em absoluto, seja pela sorte (não casual) que as conservou até nós integralmente nas partes iniciais que nos interessam mais diretamente, ao menos no que se refere a Lívio e Dionísio. Ao redor destes escritores, mais ou menos no mesmo período – a idade de ouro da literatura latina –, se colocam os testemunhos, variadamente pertinentes e interessantes, que se referem a todo o leque dos conhecimentos sobre os eventos, as instituições, a religião, a vida romana primitiva, que achamos esparsos nas obras históricas, filosóficas, antiquárias de Salústio, Cícero, Varrão, Verrio Flaco (em Festo), além do que diretamente ou indiretamente nos contam os poetas: Virgílio, Ovídio, Propércio.

À imponente documentação do florescimento literário tardo-republicano e augusteano seguem-se cronologicamente diversas fontes úteis às nossas finalidades oferecidas aqui e ali em obras de escritores do primeiro e segundo séculos do Império: Plínio o Velho, Tácito, Plutarco, Floro, Solino, além do poeta Lucano; e ainda mais tarde em sínteses históricas como as de Eutrópio ou de São Gerônimo, ou em comentários como o de Sérvio à *Eneida* de Virgílio, ou na já citada *Origo gentis Romanae*, e até nos escritos do bizantino Giovanni Lorenzo Lido, ativo no séc. VI d.C. A contribuição desta literatura de idade mais avançada, mesmo se nem mesmo de longe comparável à contribuição da fase precedente, não pode ser vista como de todo irrelevante, considerada a presença de algum tema de versões originais diferentes daquelas consagradas na historiografia canônica.

Passando agora a considerar aquilo que precede o momento culminante da produção do período de César e Augusto, nos encontramos diante do assunto mais importante e delicado. Uma utilização direta de fontes literárias é para nós praticamente impossível, dada a perda das obras analísticas e poéticas, das quais sobreviveram apenas poucos fragmentos citados por escritores mais tarde. Casos particulares referentes à literatura grega, já mencionados a propósito dos relatos antigos sobre as origens, como os versos da *teogonia* de Hesíodo, ou o poema *Alexandra* de Lykophron, não têm aqui praticamente nenhum valor. O que realmente interessa, e é de qualquer modo possível de ser perseguido, é uma pesquisa que tenda a se aproximar o mais possível de tudo o que se deve considerar na base dos conhecimentos e das afirmações da grande historiografia romana: vale dizer aqueles precedentes literários que conhecemos apenas indiretamente (salvo raríssima exceções como já dito), ou outros tipos de informações como os documentos de arquivo, inscrições, até tradições orais.

Ao primeiro grupo pertencem inicialmente duas premissas de relevo fundamental para a influência exercida sobre toda a produção de tratados posterior: de um lado a obra de Timeu de Tauromênio que contém a primeira grande resenha histórica de um escritor grego sobre o mundo itálico, escrita entre o final do séc. IV e o princípio do III; de outro lado, quase um século mais tarde, a história de Roma (em grego) de Fabio Pictor, cuja importância basilar, verdadeira e presumida, já foi acenada acima. Sua suposta fonte, o nome do grego Diocles de Pepareto, é um tanto espectral para nós; enquanto deve ser dado crédito à existência de uma “crônica cumana” (fonte de Dionísio de Halicarnasso), ainda menos famoso que Fabio Pictor é seu mais ou menos contemporâneo Cincio Alimento, também ele autor de uma história romana em grego. Notações históricas relevantes deveriam

estar contidas nas obras dos poetas Nevio e Enio (especialmente no poema *Annales* deste último). Seguiu toda a série dos analistas “latinos” do séc. II ao I a.C.: Catão, Gneo Gellio, Lucio Calpurnio Pisone, Lucio Cássio Hemina, Valério Anciate, Gaio Licínio Macro e assim por diante, até o antiquário Lucio Cincio, autor provável de um “guia” de Roma.

A outra categoria de fontes da qual se utilizaram estes escritores e, por seu intermédio ou diretamente, os historiadores e os tratadistas de período tardo republicano e augusteano se reconhece em toda a possível documentação pública e privada de caráter não literário. Aqui estamos em um campo fluido e incerto, mas de importância primária se se considera que os dados que derivam deste gênero de informações devem presumir-se de antiguidade relevante, isto é, mais próximos aos fatos reportados, e ao menos em parte dotados de uma genuinidade mais fresca em relação às elaborações literárias. Trata-se de todas as memórias de eventos anotadas em crônicas e anais – em particular os *Annales Maximi* redigidos pelos pontífices –; de textos de leis (a partir das *leges regiae*), de prescrições sagradas, de tratados; de tradições das grandes famílias e de corporações religiosas (como os *Fratres Arvales*); de calendários religiosos; de dedicatórias dos monumentos, e assim por diante. Qualquer que seja a contribuição da tradição oral originária na elaboração destas matérias, aqui nos referimos essencialmente a um patrimônio de escrituras, mesmo se grande parte delas – mas não todas – devem ter sido destruídas pelo incêndio gaulês de 386 a.C., como foi repetidamente afirmado pelas fontes antigas. Todavia, por muitos indícios pode-se considerar que, de algum modo, o núcleo daquela vasta e variada documentação tenha sido salvo ou recuperado.

Há ainda, de qualquer forma, um setor para o qual não é questão de perdas ou destruições e que constituiu uma fonte não provável, mas certíssima dos historiadores romanos da qual nos dão notícia implícita: nos referimos às inscrições arcaicas de monumentos ou conservadas em materiais geralmente não perecíveis. Aquele longo intervalo de séculos que pode levar, como de fato frequentemente levou, a alterações e esquecimentos das tradições é nestes casos completamente anulado pela imediação do contato dos escritores nossos informantes com aqueles remotos documentos que viram, leram, às vezes até transcreveram; e da autenticidade de tais leituras é prova irrefutável a insistência com que se denuncia o caráter primitivo da escrita e da língua dos textos mencionados, que podia até mesmo tornar difícil sua compreensão (quando se fala de letras gregas é verossímil que seja uma referência ao alfabeto latino arcaico). A estela de bronze com inscrições do templo de Diana no Aventino dedicada pelo rei Sêrvio Túlio e ainda existente no tempo de Dionísio de Halicarnasso (IV, 26,5) está entre os exemplos significativos a este propósito, ao lado de muitos outros; o primeiro tratado entre Roma e Cartago mencionado por Políbio (III, 22 e 23) conservado sobre pranchas de bronze no erário dos edis no Capitólio; a “lei vetusta” do *praetor maximus* sobre a fixação dos cravos anuais¹⁰ citada pelo antiquário Cincio (em Livio, VII, 3,5); o tratado de aliança entre Spúrio Cássio com os latinos sobre uma coluna de bronze, mencionado ou parafraseado por vários autores. Pensamos ser oportuno insistir sobre a constatação de que com este tipo de testemunho sob os olhos, além dos monumentos e todo o resto, bem dificilmente a

¹⁰ Ao ano de 509, no qual se colocava a queda da monarquia, era atribuído o significado de um ponto de partida fundamental para a história de Roma: nascia a *libertas*, idéia-guia da política romana por séculos. Foi o ano da inauguração do templo de Júpiter Capitolino, máxima divindade políade. Numa cela do templo, eram cravados pregos, começava, assim, a contagem oficial dos anos: iniciava a lista dos supremos magistrados transcrita nos *Fasti Consulares*.

historiografia romana teria podido inventar, ou aceitar de mitógrafos fantasiosos, relatos distantes da realidade sobre os eventos dos primeiros séculos de Roma.

Mas a menção das inscrições citadas pelos escritores antigos nos leva agora a encaminhar o discurso das fontes arqueológicas – isto é, da outra grande categoria de testemunhos utilizáveis – exatamente começando pelos textos epigráficos sobreviventes, que é o mesmo que dizer daqueles restos materiais “falantes” que se colocam de qualquer modo nos limites entre “evidência” arqueológica e “evidência” literária. O contexto histórico interessado por este tipo de documentos é naturalmente tardio, em consequência da introdução da escrita no Lácio que deve ter vindo no séc. VIII a.C. As inscrições arcaicas descobertas nos limites da área urbana não são numerosas, mas podem considerar-se susceptíveis de acréscimos ulteriores contínuos. Se se excluem dois fragmentos de escritas vasculares das necrópoles do Esquilino, uma talvez de língua Sabina, a outra, sem dúvida, grega, e um pequeno fragmento também vascular de cinco letras proveniente de Sto. Omobono quase certamente etrusco, datados possivelmente do séc. VII ao início do VI a.C., o que possuímos é constituído em primeiro lugar por textos latinos, dos quais o mais importante e famoso é aquele que podemos dizer monumental, infelizmente fragmentário, inciso sobre o cipo¹¹ de pedra do *lapis niger* no Fórum Romano: atribui-se hoje à primeira metade do séc. VI e, mesmo nas incertezas da integração e da interpretação, deve considerar-se uma lei sagrada cujo alcance público é garantido pela citação de atores das cerimônias como o rei (*regei*) e o que anuncia (*kalatorem*). Pode ser curioso notar que fontes de Dionísio de Halicarnasso (II, 54,2 e III, 1,2) mencionavam a existência naquele mesmo local (Vulcanal ou centro do Fórum) de duas remotíssimas epígrafes, uma atribuída a Rômulo e outra ao seu contemporâneo Hostius Hostilius, possivelmente identificáveis entre si e com o próprio cipo do *lapis niger*. Uma outra importante inscrição latina, íntegra e relativamente longa, é a incisa sobre o corpo de um vaso de recipiente triplo conservado nos Museus de Berlim, o chamado vaso de Duenos: o seu significado integral é um tanto obscuro e controvertido, mas se trata, sem dúvida, de uma inscrição privada, de interesse notável para o contexto da sociedade latina que nela se espelha. Acrescentam-se ainda poucos fragmentos e inscrições brevíssimas entre as quais tem um valor especial o grafite com a palavra *rex* sobre um prato encontrado na Régia¹². No que se refere aos documentos etruscos podem ser citados um texto sobre um pratinho de bucchero do Clivo Capitolino e um outro inciso no dorso de uma plaqueta de marfim em forma de leão, ambas com nomes próprios de pessoas e, portanto, de caráter privado: provas de uma presença certa e não escassa de residentes de língua etrusca em Roma no séc. VI (como tais, estas serão adequadamente ilustradas em relação com os acontecimentos históricos da monarquia “etrusca”).

Tratando das fontes epigráficas da história de Roma primitiva não podemos absolutamente limitar-nos apenas às descobertas urbanas. É um fato fora de dúvida, e também singular, que não poucos elementos de juízo nos foram fornecidos por testemunhos vindos à luz em várias localidades do Lácio e da Etrúria. Também por isto o discurso poderá ampliar-se no momento oportuno. Mas, desde agora observamos que a sorte parece ter assistido e continue a assistir os estudiosos de maneira que não hesitamos em considerar surpreendente aquilo que diz respeito à historicidade verossímil ou, até mesmo, à

¹¹ Bloco de pedra cilíndrico ou quadrangular, que pode conter uma inscrição comemorativa. Podia também servir como marco de propriedades, com a finalidade de delimitar áreas.

¹² Residência real.

identificação de personagens cujo nome aparece nas epígrafes e cuja atestação concreta dá sólida certeza às memórias da tradição. No que diz respeito aos Tarquínios e as histórias das empresas dos irmãos Célio e Aulo Vibenna e Mastarna, além da documentação fundamental do friso “histórico” pintado da Tumba François de Vulcis (onde Roma é mencionada no epíteto étnico *rumax* do moribundo Cneve Tarchunies), os depósitos votivos do santuário de Portonaccio em Veios – portanto ainda na Etrúria mas pertíssimo de Roma – nos restituíram um pé de vaso de bucchero do segundo quartel do séc. VI com a dedicatória (em etrusco) de um *Avile Vipiiennas*, que é o nome na forma arcaica de um dos irmãos heróis daquele ciclo, entre outras coisas, estreitamente associado à história política de Roma, muito provavelmente o mesmo personagem em questão. Do Lácio, e precisamente de Satricó provém a inscrição latina do final do séc. VI que menciona um Publio Valério (no genitivo arcaico, *Popliosio Ualesiosio*) de qualquer maneira como figura de relevo, na qual estamos fortemente tentados em reconhecer o grande Publio Valério Publicola, um dos fundadores da República romana. Por último vimos a saber que em uma dedicatória vascular etrusca do Museu do Louvre, proveniente de Cerveteri e que remonta ao séc. VII, menciona-se um ofertante privado chamado *Laucie Mezenties*: primeira atestação de um nome gentílico que é o mesmo nome do famoso tirano feroz mítico Caere-Agyla Mezenzio (*Mezentius*), bem conhecido no ciclo das lendas de Eneias e das ascendências de Roma.

Do Lácio provêm outras, não numerosas, inscrições arcaicas, latinas e mais raramente etruscas. Um caso particular de importância excepcional especialmente pela datação extraordinariamente alta¹³, apareceria representado pela recente identificação de algumas letras incisas (grafitadas) sobre um vaso proveniente de Osteria dell’Osa, provavelmente do segundo quartel do séc. VIII a.C. Poderia tratar-se de uma escrita grega euboica, ainda que isto permaneça um tanto incerto: de qualquer modo, é uma escrita alfabética, e esta constatação pode ser associada a uma curiosa lenda que queria que os gêmeos Rômulo e Remo tivessem sido alfabetizados em Gabios, isto é, justamente na área onde foi encontrada nossa inscrição. Certamente também não se pode esquecer aqui o que foi até agora universalmente considerado como a mais antiga e famosa relíquia epigráfica e documento escrito da língua latina, isto é, a dita inscrição de Manios incisa sobre uma fíbula de ouro de estilo orientalizante, datada do segundo quartel do séc. VII, tida como proveniente da Tumba Bernardini de Palestrina. Sobre este objeto torna hoje a pesar fortemente a dúvida da autenticidade, mas haverá ocasião de falarmos disto. Ainda uma contribuição a favor do conhecimento de Roma enfim provém, mesmo que de maneira indireta, das lâminas de ouro de Pyrgi, inscritas em fenício e em etrusco e nas quais a situação política de fundo parece coincidir com a dos tempos do primeiro tratado romano-cartaginês.

Da grande tradição documental não literária que mencionamos ser fonte principal da analítica e da historiografia romana sobreviveu concretamente algum testemunho epigráfico latino, de período mais avançado e não anterior à utilização literária daquele material transmitido de formas variadas. Trata-se, por exemplo, dos calendários, escritos em paredes ou incisos em placas de mármore, em cujas notações esquemáticas relativas às diversas festividades se espelha uma grande parte da religião primitiva de Roma: o mais antigo conhecido, anterior à reforma do ano Juliano, registra no 21 de abril a festa dos *Paril(ia)* e a fundação de Roma (*Roma cond.*). Mas os documentos mais importantes são os Fastos

¹³ Alta é uma qualificação cronológica que significa antiga, em contraposição a baixa, mais recente.

Consulares e os Fastos Triunfais, provenientes do Fórum e conservados no Capitólio, os primeiros dos quais contêm a lista dos supremos magistrados a partir do início da República, os segundos a lista dos triunfadores: uns e outros naturalmente de interesse para o nosso argumento pelos seus setores iniciais, isto é, pelos nomes mais antigos. Já foi mencionada a tendência da crítica moderna a atribuir uma credibilidade histórica sempre maior às listas consulares; enquanto muito mais vagas e fictícias são as informações sobre os triunfos.

Falando de fontes arqueológicas em geral quer-se dizer tudo aquilo que não nos chega através de narrativas, mas que é diretamente constatável – visível, tangível, percorrível – na sua consistência material. É uma matéria que se nos apresenta como um grandioso cenário que operações de coleta diligente e de discernimento crítico cauteloso tornam ordenadamente evidente seja na perspectiva do espaço como na perspectiva do tempo. A primeira orientação é a da distribuição topográfica dos restos e dos achados: isto é, a referência aos locais que, de qualquer forma, contêm traços da vida de Roma primitiva. O segundo critério é o cronológico, que procura reconstruir uma ordem de sucessão e uma datação dos achados arqueológicos, classificando-os por fases. Topografia e cronologia constituem duas dimensões que, cruzando-se, criam a grade na qual é possível colocar os diversos fenômenos e recompor o seu quadro de conjunto.

É compreensível que a topografia romana é matéria que não tem limites no tempo e não se pode estudar senão na continuidade das presenças e das tradições desde as origens até o período de Roma imperial e por certos aspectos além, até nossos dias. As notícias das fontes historiográficas e em geral literárias têm uma parte determinante na identificação das localidades e na definição das memórias a estas associadas. Mas o valor dos dados topográficos para o conhecimento da formação e do primeiro desenvolvimento da cidade é em muitíssimos casos determinante sempre que se considerem de um lado os condicionamentos físicos (orográficos,¹⁴ hidrográficos) do espaço urbano, de um outro lado o conservadorismo das ocupações, dos cultos, dos nomes. Será oportuno em cada caso recordar que, por várias circunstâncias, e entre outras coisas em particular pela densidade diversa da ocupação moderna, algumas zonas foram mais intensamente exploradas e são mais bem conhecidas nos particulares (como naturalmente o Fórum Romano, e também trechos do Palatino, do Esquilino, do Capitólio, além da alça do Tibre com parte da área sacra de Sto. Omobono), enquanto em outras partes os dados são ainda escassos e casuais. Mas mesmo onde a atividade arqueológica foi mais fácil nem sempre a pesquisa arqueológica distinguiu claramente a configuração dos restos mais antigos que se encontravam abaixo do nível do período romano imperial.

O enquadramento cronológico diz respeito essencialmente aos achados de manufaturas, sejam provenientes de depósitos de habitação ou de culto sejam, sobretudo, dos mobiliários das tumbas: dizemos sobretudo porque estes últimos nos apresentam associações de objetos de produção e de uso mais ou menos contemporâneo e por isso outros tantos pequenos “momentos” culturais definíveis em sucessão de tempo recíproca. Os critérios com que foi possível estabelecer esta sucessão são, como é bem conhecido, principalmente os da natureza e da tipologia dos objetos, na maior parte cerâmicas ou instrumentos, armas, ornamentos metálicos, considerados também no quadro geral da proto-história italiana e mais largamente mediterrânea e européia. As observações stratigráficas, com os achados mais recentes sobrepostos aos mais antigos, e as indicações

¹⁴ Relativo à orografia: descrição de relevos, montanhas, alturas.

oferecidas pelo desenvolvimento de ocupação estendido a partir de pontos centrais para pontos periféricos (a chamada “estratigrafia horizontal”) encontraram até agora em Roma apenas escassas possibilidades de serem aplicadas para fins de seguras precisões cronológicas. De qualquer maneira, existiam desde os inícios do Novecentos (cf. nota 8) propostas de subdivisões dos fenômenos culturais de Roma e do Lácio desde as origens em períodos sucessivos, com uma bipartição aproximativa e mais amplamente aceita em um primeiro e segundo “período do ferro”, vagamente correspondentes ao “vilanoviano” e ao “orientalizante” da Etrúria e caracterizados respectivamente pela prevalência do rito fúnebre da cremação e posteriormente pelo da inumação, nos tempos que precedem o florescimento arcaico do séc. VI a.C. Em seguida, estas repartições cronológicas foram definindo-se sempre melhor, até chegar no esquema proposto à crítica atual por Muller-Karpe, como já se acenou. Este esquema comporta as seguintes fases, com a sua colocação cultural e datação de máxima:

- I Cultura do Bronze Final: séc. X a.C.
- II A Passagem à Cultura do Ferro: séc. IX a.C.
- B Desenvolvimento da Cultura do Ferro: séc. IX- início VIII a.C.
- III Cultura do Ferro avançada: séc. VIII
- IV A Orientalizante: final séc. VIII-VII a.C.
- B Orientalizante Recente: séc. VII-início VI a.C.

Será oportuno relevar logo que esta série é construída exclusivamente a partir de dados oferecidos pelas tumbas e reflete, portanto, um quadro limitado não apenas à produção material, mas unicamente à parte desta destinada ao costume funerário e constituída por materiais não perecíveis: certamente não representativo do desenvolvimento cultural geral e ainda menos do processo propriamente histórico. Estas e outras razões que serão discutidas em breve na parte metodológica suscitam perplexidade sobre a presumida “evidência” cronológica de Muller-Karpe, de qualquer modo, não justificando a certeza apressada com que foi aceita por tantos estudiosos.

Os testemunhos arqueológicos são caracterizados por um crescimento contínuo. Pode-se falar de uma “reserva” quase ilimitada. O que sabemos até hoje é muitíssimo e as descobertas foram se multiplicando com ritmo acelerado, como já foi afirmado, no decorrer dos últimos decênios. Mas, o que não foi ainda encontrado ou adequadamente observado é ainda muitíssimo, certamente muito mais de quanto comumente se acredita. Conhecemos traços da vida das ocupações da Idade do Bronze Médio e Final. Conhecemos, mais ou menos exaustivamente exploradas, necrópoles da Idade do Bronze Final e da Idade do Ferro no Fórum Romano, no Palatino, no Esquilino. Conhecemos instalações ou lugares sacros sempre no Fórum, no Capitólio, no Quirinal, na alça do Tibre: em particular se forem consideradas as escavações mais recentes da Regia, do Comício, de Sto. Omobono. E, no entanto, mesmo nestas zonas e até mesmo em alguns pontos privilegiados (como a própria área sacra de Sto. Omobono) resta muitíssimo por escavar e recuperar. Para não falar de outros pontos celebres até agora absolutamente inexplorados, como, por exemplo, o santuário de Diana no Aventino.

Uma documentação de reflexo, mas de valor essencial é a que foi oferecida pelas pesquisas e pelas descobertas arqueológicas do Lácio, fora da área urbana de Roma. A propósito disso já foi falado sobre os testemunhos epigráficos. Mas, em geral, o quadro das ocorrências culturais da Idade do Bronze no início dos tempos históricos, conforme é

representado pelos achados velhos e novos na área lacial, é tal para integrar largamente, senão até mesmo condicionar, os nossos juízos sobre as fases formativas da cidade de Roma. Para isso, podemos considerar os traços frequentes do Bronze Médio e Tardio em localidades laciais (mas também a norte do Tibre, em Narce, em território faliscano); a documentação maciça, determinante, da cultura das necrópoles com cremação predominante do Bronze Final e da primeira Idade do Ferro, representada pelas antigas escavações das localidades dos Montes Albanos (Castel Gandolfo, Marino, Boschetto e Villa Cavalletti, próximo a Grottaferrata, S. Lorenzo Vecchio, próximo a Rocca di Papa etc.) e em Velletri, e pelas novas escavações de Pratica di Mare (isto é, Lavínio) e de Osteria dell’Osa na área da futura Gabios; as esplêndidas revelações das necrópoles de cultura lacial evoluída, entre as quais em particular, recentemente identificadas e exploradas, muito próximo de Roma, as de La Rustica na via Collatina, de Acqua Acetosa, na via Laurentina, de Torrino, de Tor de’Cenci, ainda mais ao sul especialmente Castel di Decima, e Ficana sobre o Tibre, ainda mais Pratica di Mare (*Lavinium*), enquanto a conhecimentos anteriores pertencem as necrópoles de Tivoli, Palestrina (*Praeneste*), Anzio, *Satricum*, e outras.

A arqueologia parece abrir sempre horizontes mais vastos ao conhecimento dos primórdios de Roma. Mas, por mais luminosa que seja a imagem da civilização daqueles tempos exibida pelos testemunhos materiais, apenas a tradição literária está em condições de oferecer, mesmo que seja com toda a obscuridade e incerteza, um aspecto narrativo. Dizia-se inicialmente que neste contexto proto-histórico não se pode fazer distinção de valor para os diversos tipos de documentação. A arqueologia e a tradição são plenamente autônomas e ilimitadamente frutíferas nas suas esferas. Mas também são complementares entre si, no sentido de que a trama de fenômenos visíveis desenhada pela primeira pode encontrar uma sua explicação histórica qualquer apenas com o auxílio da segunda e, reciprocamente, a tradição recebe confirmações e perfis concretos da arqueologia. Isso, entretanto não significa que as correspondências e as combinações devam ser procuradas mecanicamente, e que os processos de investigação nos dois campos devam sofrer interferências recíprocas.

Às documentações literária e arqueológica costuma-se acostar também um outro tipo de “evidência”: a linguística. Mas, para dizer a verdade, para este setor de conhecimentos e de estudos não se pode falar em sentido estrito de uma fonte de informação autônoma, distinta da arqueológica e literária. Os dados sobre os costumes linguísticos de Roma nos seus tempos mais remotos nos são oferecidos, de fato, diretamente pelas inscrições, que são, por assim dizer, de material arqueológico, e indiretamente pela análise dos caracteres e dos desenvolvimentos do latim histórico, de qualquer forma, atestado pela literatura e pela epigrafia. Há, porém, a conveniência de utilizar de forma unitária este conjunto de informações para estender às seguintes perspectivas de investigação: 1) o estudo da classificação e dos processos constitutivos da língua latina no âmbito das línguas indo-européias e em articular daquelas presentes na Itália (o que é, não obstante, matéria de premissas anteriores à idade da qual se trata no nosso tema); 2) a consistência e extensão do emprego da língua latina na esfera de Roma nascente e na cidade arcaica, com aquela prioridade e oficialidade da qual é testemunho fundamental o texto do Cipo do Fórum; 3) a inserção precoce de elementos sabinos no léxico e na fonética do latim, como prova possível de presenças ou de influências sabinas em Roma; 4) as inscrições etruscas, em quantidade não desprezível de modo a garantir a existência de certo número de residentes etruscos na cidade do séc. VI, isto é, na Roma dos

Tarquínios: pode-se acrescentar algum indício de peculiaridades locais (dialetais?) do etrusco de Roma; e mais a influência do etrusco sobre o léxico do latim arcaico.

No que respeita à matéria linguística em geral, não pode faltar a advertência de que a sua eficácia informativa poderá manifestar-se bem mais completamente se aos testemunhos do latim urbano e dos documentos epigráficos encontrados em Roma se acrescentará a avaliação de quanto, sobretudo para fins do conhecimento do latim arcaico, nos é oferecido em outras localidades do Lácio e, do outro lado do Tibre, no território faliscano. E ao discurso linguístico se acrescenta o da onomástica, isto é, dos nomes próprios, com interferências de ordem histórico-religiosa no que diz respeito aos nomes de divindades, de ordem social para os nomes de pessoas, de ordem geo-topográfica para os nomes de lugares ou topônimos. Todos esses argumentos serão adequadamente abordados mais adiante nos lugares oportunos.

Reflexões sobre o método.

Uma utilização distorcida e super-avaliação dos dados arqueológicos e às vezes também dos dados linguísticos induziu, especialmente no passado, muitos estudiosos de pré-história e proto-história a elaborar complexas teorias de reconstruções de eventos, como migrações, conflitos, superposições e misturas étnicas, fora de qualquer controle possível de tradições historiográficas. Um exemplo típico deste gênero de encenações pseudo-históricas frequentemente que se tornaram verdadeiros dogmas científicos é o quadro no qual em período positivista se representou a origem dos povos itálicos, isto é, uma grande invasão a partir do norte da planície padana e na península de gentes portadoras das línguas indo-européias, entre as quais o latim, da civilização do bronze e do rito fúnebre da cremação. No que se refere propriamente às origens de Roma pode-se recordar a presumida conexão da “cidade quadrada” do Palatino com as aldeias sobre palafitas, em particular com os terramares,¹⁵ da Itália setentrional (exatamente pelo significado que se quis dar à homofonia entre *palus* e *Palatium*); mas também as idéias de uma fusão de dois elementos étnicos (em parte referida de modo simplista a uma contraposição, também topográfica, de latinos e sabinos), ou até mesmo de três fatores etno-linguísticos (os “proto-sabinos”, os “proto-latinos” e os fantasmagóricos “norte-itálicos”, também em relação com as três tribos primitivas dos Tities, Ramnes e Luceres) como proposto no ensaio de Devoto *As origens tripartites de Roma* (1953).

Para compreender como homens de indiscutível experiência e sensibilidade crítica possam ter expressado semelhantes convicções, das quais, entre outras coisas, o progresso das descobertas e dos estudos vinha pouco a pouco demonstrando a inconsistência, se necessita provavelmente pensar em uma carência metodológica que viciou as bases mesmas dos seus raciocínios. Todas as tentativas de reconstruir um passado não iluminado por fontes históricas se valem dos indícios conhecidos ou conhecíveis oferecidos pela arqueologia, assim como de outro lado, pela linguística. Mas estes indícios não são tais a ponto de permitir avizinhar-nos da realidade do passado senão em parte e, digamos mesmo, em mínima parte. No que concerne aos testemunhos materiais deve ser dito que as

¹⁵ Talvez do latim *terra mala*; plural *terramares*. Terreno especial, argiloso que na Itália se encontra sobretudo na área de Módena e da Região Emília. Nesta região foram encontrados restos de ocupações pré-históricas sobre palafitas. Os próprios sítios pré-históricos são denominados terramares.

pesquisas e as descobertas feitas até agora estão bem longe de oferecer uma visão completa de quanto sobreviveu da produção das civilizações antigas, ou resta conservado e escondido no subsolo na espera de futuras escavações. Uma prova evidente desta afirmação está no fato de que exatamente no campo da proto-história italiana durante os últimos cinquenta anos houve revelações de fatos absolutamente imprevistos, como o aparecimento de fenômenos culturais da Idade do Ferro de tipo vilanoviano na Itália meridional na província de Salerno em Pontecagnano e em Sala Consilina, e nas Marcas, em Fermo, ou como a manifestação de uma esplêndida civilização dos sécs. VIII e VII no Lácio (em Castel di Decima, em La Rustica, na Laurentina). Outras surpresas do gênero poderiam acontecer no futuro. Mas não basta. O que agora existe, descoberto ou por descobrir, não pode nos dar uma idéia verdadeira do que foi criado pelos antigos: destruições e dissoluções de todo o tipo aconteceram através dos séculos; falta tudo aquilo que era constituído por matérias orgânicas perecíveis como a madeira e os tecidos, elementos essenciais de qualquer instrumental ou decoração antiga. Recorde-se, enfim, sempre, que o quadro cronológico, enquanto espelha a civilização material e apenas parcialmente e indiretamente o patrimônio espiritual dos povos do passado, certamente não relata os eventos históricos.

Ora, dá-se que muito frequentemente os estudiosos quiseram construir complexas re-evocações do mundo da pré-história ou da proto-história partindo destas limitadíssimas bases de conhecimento, com resultados que são certamente distantes da verdade. Faltou a consideração, e poderemos dizer a consciência, da enormidade das coisas que ignoramos e das quais, pelo fato mesmo que nos são desconhecidas, se tende instintivamente a esquecer e até mesmo cancelar a existência. Esta realidade desconhecida deveria, em vez, ser considerada constantemente e ter um seu espaço entre os elementos de avaliação dos processos de reconstrução.

Os perigos maiores em que se tropeçou e em que se tropeça quando se aventura em campos de pesquisa difíceis, cujos pontos de apoio são sobretudo pobres, fragmentários, incertos – e aqui nos referimos também às fontes literárias –, como é justamente, entre outros, o nosso tema das origens de Roma, são de um lado a vontade de explicar tudo e de chegar a conclusões exaustivas e perfeitas, de outro lado a fé cega nas próprias hipóteses e a forma peremptória das afirmações. Os enormes vazios dos nossos conhecimentos impõem o dever primário de não forçar as hipóteses além de um certo limite de razoabilidade e de verossimilhança. O conceito de verossimilhança pode ser útil em um tipo de indução na qual a verdade não pode ser atingida e precisada, mas na qual se delinea com relativa certeza o que poderia ser próximo, mesmo muito próximo, à verdade. Deste conceito nos valeremos muito largamente na impostação dos diversos problemas históricos abordados neste livro.

É natural que uma hipótese brilhante crie no seu autor uma atitude mental de euforia que o induz a transformar a hipótese mesma em convicção certa. A passagem do possível ao provável e do provável ao certo é, infelizmente fácil e frequente: mas absolutamente negativa para o procedimento correto do raciocínio científico. Ao nosso campo de estudos não cabem posições rígidas demais. A verdade, ou a verossimilhança, deverá ser perseguida através de conjecturas prudentes, propostas limitadas, em substância com toda a *souplesse* (flexibilidade) que pode requerer uma matéria condicionada por tantas incertezas. Sobretudo, cada perspectiva deverá ser considerada provisória, e passível de aperfeiçoamento em relação com o crescimento gradual dos conhecimentos. Não é fácil mudar de opinião e reconhecer a inexatidão ou a falácia dos próprios pontos de vista diante de novas descobertas que os contradizem. Mas é, no entanto, necessário estarmos prontos

para uma certa maleável flexibilidade de juízo, se se deseja que o processo crítico avance sem obstáculos.

É lógico que quando nos encontramos diante de uma matéria obscura, fragmentária, intrincada, procuremos de qualquer modo ordenar e classificar os fatos para melhor compreender suas relações e suprir o mais possível sua lacunas. Sobretudo, deseja-se simplificar o quadro reconduzindo-o a algumas noções essenciais, consideradas representativas e esclarecedoras de uma realidade multiforme e difícil, e construir sobre estas noções, coordenando-as, um possível traço interpretativo daquela realidade. É o que geralmente se entende por “esquema” e por “esquemática” e largamente conhecido e empregado justamente no campo das pesquisas históricas, arqueológicas e linguísticas concernentes às fases de formação das civilizações antigas. Ninguém quererá negar que o esquema seja uma proposta útil, em muitos casos indispensável, para dar os primeiros passos na direção da compreensão dos fenômenos assinalados pela arqueologia e pela tradição de diversas formas. Mas é necessário ter em mente que a realidade histórica é sempre extremamente complexa, e que tal devia ser também a realidade das sociedades pré-históricas e proto-históricas. Assim, os esforços de simplificar sua imagem, recorrendo a algum aspecto daquilo que conhecemos – infelizmente, pouquíssimo, como já dito acima – arriscam a cair da simplificação no simplismo. Por outro lado, o que conhecemos pode continuamente mudar após novas descobertas e novos estudos – isto também já se disse – e, portanto, a validade dos esquemas construídos sobre aqueles dados é sempre relativa e provisória.

Mas, a sugestão de certos esquemas, pela sua aparente clareza e coerência, é tal que largos setores da opinião dos estudiosos especialistas parecem atribuir-lhes um valor certo e definitivo, quase taumátúrgico,¹⁶ de verdade conquistada e não mais contestável. Desta forma, assim permanecem em muitos casos, no patrimônio dos conhecimentos, divulgados, repetidos, até mesmo consagrados nos manuais e na didática universitária. Se intervém alguma novidade que os coloca em dúvida no todo ou em parte ou até mesmo prova sua inconsistência, todo o mundo dos especialistas interessados entra em crise, e a revisão é enfrentada com dificuldade e tardiamente, quando, de fato, é enfrentada. Mas mesmo independentemente do aparecimento de fatos evidentemente contrastantes, não se deveria nunca esquecer que os esquemas interpretativos e reconstrutivos são, em última análise, nossas criações intelectuais, fruto de especulações subjetivas, que facilmente tendem à abstração. Não se deveria nunca esquecer sua fragilidade e precariedade.

Consideremos um exemplo excelente: o dos esquemas cronológicos, que, entre outras coisas, como já foi visto, interessam diretamente os primórdios de Roma. A este propósito é preciso antecipar que o problema da cronologia relativa (sucessões) e absoluta (datações) no decorrer dos últimos decênios tornou-se uma preocupação dominante dos estudos de pré-história e proto-história mediterrânea, européia e, em particular, naquilo que nos diz respeito, italiana: uma “insistência quase obsessiva” se quisermos usar uma expressão de A.M. Snodgrass (no prefácio do livro *The Dark Age of Greece*, 1971). Este encaminhamento, nas suas formas mais acentuadas e nas suas aplicações mais características se desenvolveu sobretudo na Alemanha, atingiu seu ponto culminante na obra de Muller-Karpe (especialmente com a grandiosa resenha dos seus *Beiträge zur Chronologie der Urnenfelderzeit nördlich und südlich der Alpen*, 1959) e foi posteriormente estendido, com a mesma impositação de Muller-Karpe, a várias áreas menos aprofundadas por ele, como por

¹⁶ Taumátúrgico: miraculoso.

exemplo na Itália, o Vêneto e a Campânia. São características de todas estas atividades: 1) a delimitação de “espaços temporais”, ou fases, distinguidos com base em aspectos comuns dos produtos artesanais (vasos, utensílios, armas, ornamentos) revelados pelas descobertas arqueológicas especialmente dos mobiliários das tumbas, com uma destacada tendência a especificar fases, sempre mais breves e numerosas, como consequência de análises sempre mais sofisticadas das associações de materiais; 2) a possibilidade de subdividir as fases maiores mais gerais em fases menores mais particulares, isto é, as fases em subfases, e estas ainda em ulteriores divisões; 3) o uso de desenhar os espaços temporais, assim reconhecidos, em termos convencionais, mediante sequências de siglas representadas por números romanos ou arábicos, ou por letras alfabéticas, ou pelas suas combinações. A respeito da convenção numérica pode-se mencionar que esta já havia sido adotada há muito tempo para assinalar a sucessão de grandes épocas ou de grandes centros antigos, especialmente do Oriente Próximo; mas o seu emprego mais frequente, acentuado e capilarmente articulado, também com o emprego de letras, dá-se sobretudo na esfera da proto-história europeia e, naturalmente, italiana.

É indiscutível que estas operações tiveram o mérito de dar uma certa ordem no tempo, de contemporaneidade e de sucessões, aos fenômenos culturais de várias formas emersos dos resultados das escavações em áreas particulares; além de registrar cronologicamente áreas diversas. Mas, por muitas razões, já indicadas em parte, é inadmissível que os esquemas cronológicos construídos sobre os dados da arqueologia sejam adotados como trama fundamental e definitiva de uma periodização histórica reconstruída. Repetimos: trata-se de dados extremamente limitados e parciais, susceptíveis de contínuas oscilações e modificações. No que respeita a Roma e ao Lácio, por exemplo, os motivos que haviam conduzido Muller-Karpe a distinguir uma fase I de uma subfase II A e até mesmo a colocar esta última no novo reagrupamento assinalado pela sigla II (veja-se a tabela cronológica à pág. 20) parecem hoje se enfraquecerem cada vez mais. Por outro lado, reconhecem-se progressos graduais no interior das fases e subfases isoladas: progressos especialmente evidentes, entre outros, no âmbito da fase I, com mobiliários funerários destacada e notoriamente mais antigos (como os de S. Lorenzo Vecchio) e outros mais recentes. Em última análise podemos nos perguntar, justamente como questão de princípio, até que ponto têm valor os limites ou “cortes” colocados entre as diversas fases e qual legitimidade deve ser reconhecida para as mesmas fases compreendidas como duração estática de uma certa realidade cultural dentro de um determinado espaço temporal, e para a passagem como salto de um degrau (*Stufe*, “degrau”, Muller-Karpe denominou originariamente as suas fases) de uma fase a outra; enquanto, em vez, existe verossimilmente um desenvolvimento ininterrupto, mais ou menos rápido, que torna pelo menos discutíveis os critérios das periodizações correntes. A necessidade de sempre mais distinguir e subdividir devia levar inevitavelmente para a fragmentação dos espaços temporais em frações sempre menores correspondentes a quadros culturais sempre mais compactos e unitários. Mas, deveria ser evidente que continuando por este caminho com uma coerência absoluta de raciocínio, pode-se chegar ao paradoxo de que cada complexo arqueológico, como, por exemplo, o mobiliário de uma única deposição fúnebre, constitui um espaço temporal por si só, uma minúscula fase, um “momento cultural”, isto é, de fato o momento representado pela data da morte de cada defunto individualmente. O que significa, na prática, a anulação de qualquer tentativa de classificação.

A designação das fases e subfases mediante siglas numéricas e alfabéticas, esta espécie de “nomenclatura algébrica”, pela sua fria e, poderemos dizer, “ascética”

convencionalidade concorre para acentuar o caráter artificial e abstrato das periodizações propostas. A este propósito devemos dizer que causa muita perplexidade o hábito inválido de estudar os processos formativos e progressivos de Roma e das cidades laiciais usando como referência cronológica primária as siglas do esquema Muller-Karpe (é o caso das contribuições de vários autores ao seminário *La formazione della città nel Lazio*, 1977, publicadas em 1980). Existem para Roma suficientes elementos-guia fornecidos pela tradição histórica para consentir-nos, e exigir, a tentativa de uma periodização definida mais concretamente pela evolução geral de condições de vida e pela sucessão de fatos de relevo, isto é, em substância pelas mudanças estruturais: periodização, portanto, reconhecível necessariamente apenas por grandes linhas. Quanto ao esquema de Muller-Karpe, o seu emprego poderá ser colateral e subsidiário, a título de precisão e confirmação. Nos ateremos a este critério ao articular historicamente os capítulos que se seguem.

As esquematizações cronológicas não são as únicas que incidem, e que pesam, sobre os estudos relativos às origens e à história primitiva de Roma. Aparecem simplificações e conceituações evidentes também no campo das pesquisas de história religiosa, social e institucional. A fascinação da idéia ternária, da presença universal do número três como fator explicativo de tantos fundamentos e reviravoltas da civilização romana arcaica é um exemplo particularmente significativo de abordagem de quinta essência e quase místico. É universalmente reconhecido, fora de qualquer dúvida, que o 3 e os seus múltiplos decimais 30, 300, 3000 são recorrentes efetivamente na tradição sobre os ordenamentos romanos mais antigos (as três tribos primitivas dos Titii, Ramnes e Luceres, a tríade divina, três flâmines maiores, trinta cúrias, trezentos cavaleiros, três mil infantes, e assim por diante); e naturalmente não se pode excluir que esses em parte correspondem a fatos reais, mas em parte são produtos da erudição antiga já fascinada pelo jogo do 3, que é o mesmo que dizer, pelo esquema ternário. É, porém, inegável também que no âmbito dos estudos modernos este esquema encontrou largo favor e não poucos campos de aplicação. Qualquer que seja a origem da teoria clássica de Dumézil sobre as “três funções” da sociedade indo-européia, as suas exemplificações e presumidas confirmações na esfera das concessões religiosas e das instituições romanas se ressentem fortemente da sugestão do motivo ternário. A mesma sugestão levou Devoto, com base em tênues argumentações linguísticas, a propor uma “origem tripartida” de Roma da qual teria perdurado um reflexo nas famosas três tribos primitivas. Todos esses encaminhamentos de raciocínio naturalmente, considerados de uma certa maneira, ou vistos sob um certo perfil, poderão também ter uma certa aceitabilidade como teremos ocasião de ver. Mas, o defeito ou o perigo está na sua apresentação simplificada, ou simplista, e por isso peremptória: que é o mesmo que dizer na redução de problemas delicados e complexos a fórmulas fáceis e sedutoras.

A via dos esquemas é, com efeito, fácil e aparentemente proveitosa. É um modo de tentar uma recuperação da verdade histórica, mal conhecível de outro modo, substituindo-a com uma imagem suposta. A perfeição sistemática desta imagem, nascida de um processo de molde intelectual, contrasta com as dificuldades de uma pesquisa que se proponha aproximar-se concretamente da realidade do passado tentando interpretar-lhe os fragmentos com cautela humilde, fora de qualquer tomada de partido, sem conclusões apressadas. Por outro lado, o rigor lógico de muitas reconstruções modernas parece distante daquela casualidade livre e complexa que caracteriza a história e as ações humanas na história. Os esquemas podem fazer-nos esquecer os homens, e por isso conduzir-nos numa direção totalmente errada. Diremos, no entanto, que um processo interpretativo plenamente consciente da existência de tantas obscuridades, mas par e passo orientado para a

redescoberta de uma realidade humana pode levar-nos com algum sucesso ao longo da estrada da pesquisa da verdade, ou da verossimilhança.

Nesta árdua tarefa encontraremos uma ajuda de que pouco se fala e de que se beneficia com frequência instintivamente e, por assim dizer, inconscientemente, mas que merece menção específica: isto é, a possibilidade de utilizar modelos oferecidos pelas analogias históricas, para situações de algum modo semelhantes, supondo uma certa conformidade de comportamentos nos homens e, no plano coletivo, nas sociedades. Naturalmente, o procedimento analógico é extremamente delicado, e não deveria consentir comparações genéricas, sobretudo se propostas entre mundos distantes e muito diferentes um do outro, marcadamente no grau de desenvolvimento. Mas, quando é possível valer-se deste método tem-se a sensação de um encontro mais vivo e quente com os fatos do passado, talvez porque das suposições abstratas se passa ao confronto com realidades, de qualquer modo, historicamente experimentadas: distancia-se do artifício dos esquemas, aproxima-se da humanidade.

Para o que concerne aos primórdios de Roma, poderiam ser dados, e daremos nos capítulos históricos sucessivos, diversos exemplos. Em particular, citaremos aqui como mais significativos os problemas da duradoura convivência de comunidades etno-linguísticas diversas no interior de uma área limitada que tende a coagular-se em unidade urbana ou dentro de uma unidade urbana já definida: problemas para os quais analogias históricas antigas e até mesmo modernas podem oferecer inícios úteis de esclarecimento. Provavelmente as nítidas contraposições “esquemáticas” entre os que sustentam o dualismo das ocupações latinas e sabinas em zonas diversas (*montes e colles*) da cidade nascente e seus decididos negadores poderão atenuar-se recordando fenômenos, de outra forma bem conhecidos, de presenças e mais ou menos lentas penetrações “privadas” de grupos de variada extração atraídos pela coagulação de um grande centro habitado, mas estabelecidos em pontos mais próximos aos locais de origem (em Roma as elevações setentrionais ocupadas por elementos “itálicos” que desceram dos Apeninos: e isto desde as primeiríssimas origens até a imigração de Atto Clauso e de seus acompanhantes no final do séc. VI!). Na verdade, as comunidades que falam línguas diferentes¹⁷ ou, de qualquer modo, heterogêneas – pensemos nos etruscos que os antigos relatavam estabelecidos em torno do Vicus Tuscus, isto é, em locais mais diretamente ligados à outra margem do Tibre – podem ter tido longa duração conservando as suas próprias tradições, sem fusões recíprocas, como nos ensinam tantas “colônias” étnicas de todos os tempos. Análogos paralelismos com diferenciações topográficas são imagináveis também para concentrações sociais ou sócio-políticas diversas: pense-se na fusão do Aventino como zona tradicionalmente ligada às atividades das classes inferiores e ao reformismo, de Sêrvio Túlio até à secessão da plebe. Não poucos acontecimentos históricos da idade dos reis e a própria passagem da monarquia à República explicar-se-ão mais facilmente acolhendo das analogias históricas a idéia da formação de tendências políticas ou de verdadeiras facções em contraste entre si, que perduraram no tempo e destinadas a alternar-se no poder (assim a corrente reformista que vai de Sêrvio Túlio ao advento da República contra os que apoiavam os Tarquínios, a *factio Tarquinia*; assim também o próprio conflito entre patrícios e plebeus no princípio do séc. V).

¹⁷ Em italiano, *eteroglosse*, sem vocábulo em português.

Desejamos acrescentar, como conclusão destas reflexões metodológicas, um aceno a outras questões, várias, essas também ligadas de qualquer modo aos critérios de impostação de um estudo histórico geral como o empreendido. Deve ser dito em primeiro lugar que não se considera pertinente à natureza deste estudo uma discussão sobre a necessidade de uma base de partida teórica, muito menos metodológica, ou de um “paradigma”, como outros definem aquele modelo apriorístico que só poderia consentir, como se afirma, uma interpretação moderna, autenticamente científica, dos fatos arqueológicos e históricos. Não acreditamos, na verdade, que seja estranha à ciência, ou ao conceito tradicional da ciência, a coleta de tudo o que é possível de ser acertado ou presumível sobre um certo setor – no caso em estudo, um tanto obscuro – da história do passado, com um procedimento indutivo e experimental que tende no final a uma reconstrução, mesmo que limitada, mas, o mais objetiva possível. Poderão, todavia, ser consideradas algumas particulares orientações atuais das ciências humanas para avaliar se ou até que ponto elas podem tocar o nosso discurso. Essas orientações estão justamente no campo dos estudos de pré-história e proto-história, relacionadas àquele vasto e multiforme movimento crítico que em parte se manifestou e definiu como “nova arqueologia” (*new archaeology*) e teve o seu impulso geral e mais incisivo em ambiente anglo-saxão, os princípios do estruturalismo levaram vastas correntes de estudiosos a rejuvenescer, modernizando-as, as aproximações entre civilizações primitivas do passado e sociedades “primitivas” atuais, isto é, sociedades em nível etnológico, o que equivale a dizer aproximar a arqueologia à antropologia cultural. Este direcionamento de estudos destacou sobretudo o patrimônio de cultura que possui uma sua coerência “estrutural” em um particular ambiente ou momento histórico, dando portanto relevo essencial aos valores da contemporaneidade, isto é, à dimensão que denominamos sincrônica. Para nossas finalidades este critério pode ser utilizado na análise dos vários aspectos nos quais se manifesta a cultura de um determinado período. Mas não deve ser esquecida a importância proeminente do estudo dos processos evolutivos, isto é, a dimensão diacrônica.

Há um outro perfil da historiografia geral contemporânea que pode ser evocado, e, de fato foi evocado, a propósito das origens e da história primitiva de Roma: aludimos ao problema da “história de longa duração” como perspectiva proposta (em primeiro lugar por historiadores franceses) para substituir ou redimensionar a “história dos acontecimentos” (*événementielle*). Todos os tempos e as civilizações em que prevalece a “evidência” arqueológica – portanto, no grau máximo, a pré-história, sem nenhum auxílio da tradição para o que respeita a eventos, nomes, datas – oferecem ao estudo predominantemente fenômenos de longa duração relativos à produção, ao gosto, aos costumes, à religião. Para Roma primitiva esta abordagem é plenamente válida, e foi efetivamente seguida a propósito das culturas, da criação, da alimentação. Somente a partir de um certo tempo (sécs. VIII-VII) se poderá falar de uma história dos acontecimentos (factual), entretanto, sempre nos limites impostos pela escassez e pelas incertezas dos nossos conhecimentos. Mas, a propósito deste último direcionamento deve ser destacado um especial interesse – que agora percebemos, se manifesta há algum tempo – pela definição de personagens históricos e seus nomes individualmente, lembrados pela tradição e às vezes reconhecíveis com maior ou menor certeza também em algumas inscrições: falou-se disso acima, a propósito das fontes literárias. É o que, em casos análogos, definiu-se como *prosopographical approach*. Para designar os autores da história mais antiga de Roma em relação com a autenticidade e as características da sua figura o autor deste livro já no seu tempo usou aquela expressão *dramatis personae* que foi depois generalizada no mesmo sentido e para o mesmo fim.